UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Escola de Comunicações e Artes
Curso de Pós Graduação em Ciências da Comunicação

MADALENA PEDROSO AULICINO

ALGUNS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS
DA ATIVIDADE TURÍSTICA
SOBRE MUNICÍPIOS PAULISTAS

Dissertação apresentada junto ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do **Título de Mestre em Ciências da Comunicação**, sob a orientação do Prof. Dr. *Wilson Abrahão Rabahy*.

SÃO PAULO / 1994

MADALENA PEDROSO AULICINO

Banca Examinadora

Prof.Dr. *Wilson Abrahão Rabahy*
Orientador Presidente

Média _____

São Paulo, ____ de _____ de 1994

APRESENTAÇÃO

Página

DEDICATÓRIA..... IV

AGRADECIMENTOS..... V

RESUMO VII

ABSTRACT VIII

SUMÁRIO..... IX

RELAÇÃO DE MAPAS E QUADROS..... XI

Dedico este trabalho

aos meus *país*,
que me inspiraram o gosto pelo saber

ao *Aulicino*, amigo e companheiro,
por toda colaboração

à *Patrícia* e ao *Roberto*,
pelo respeito que lhe dedicaram

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma dissertação de Mestrado deve parecer, muitas vezes, nos meios acadêmicos, algo corriqueiro. Não é certamente o caso de seu autor, para quem o trabalho é resultado de uma espécie de "gestação" longa e difícil, num processo contínuo de ir e vir em busca de uma maior aproximação com o saber, com a Ciência.

Nessa busca, são muitos os que cruzam nosso caminho e nos amparam, corrigem, orientam e estimulam; mesmo ciente da omissão involuntária de alguns nomes, não poderia deixar de agradecer especialmente:

Ao meu orientador, Prof. Dr. *Wilson Abrahão Rabahy*, por todo o tempo que dedicou a este trabalho.

Aos professores da Banca do Exame de Qualificação, Prof. Dr. *Mário Carlos Beni* e Prof. Dr. *Carlos Roberto Azzoni*, por toda colaboração e valiosas sugestões.

A *Hiroi Murakami*, do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE), pela delicadeza e atenção que me dedicou.

Ao *Alberto Jorge Mendes Borges*, da Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisa da Administração Municipal), pelo material colocado à disposição.

A *Sônia Marly de Arruda Miranda*, *Marília Gomes dos Reis Ansarah* e *Miriam Rejowsky*, especiais amigas que muito tanto apoiaram e ajudaram.

A *Ting Hui Ching* e *Lurdes Yoshiko Tani Inowe* que cuidaram do tratamento estatístico e tanto auxiliaram na correção da redação final.

A *Tânia Regina R. Magalhães*, pelas sugestões e colaboração na redação do "Abstract".

A *Regina De Maria Diniz*, responsável pela digitação e elaboração dos mapas.

A todos os professores do curso de Pós-Graduação da ECA-USP e, em especial, à Prof^a Dr^a *Sarah Chucid da Viá*, que me fez da Ciência, uma grande amiga, e do magistério, um motivo de orgulho.

Madalena Pedroso Aulicino

RESUMO

O objetivo deste trabalho é avaliar alguns impactos sócio-econômicos do Turismo sobre um grupo de municípios paulistas. Na verdade, o que se pretende demonstrar é a capacidade da atividade turística em gerar renda (ou alguma espécie de riqueza, seja através de salários pagos ao pessoal ocupado na área, seja através da arrecadação de impostos para as esferas estadual e municipal de Governo), empregos e uma melhor qualidade de vida para a população receptora dos fluxos turísticos.

Este estudo começa por discutir, no Capítulo I, implicações relativas à abordagem científica do fenômeno turístico; no Capítulo II reuniram-se várias definições a ele afeitas e nos Capítulos III e IV foram resumidos aspectos relativos aos fatores intervenientes e aos impactos da atividade turística, respectivamente.

O Capítulo V constitui-se no cerne do trabalho, já que, retomando os pressupostos iniciais, define o grupo de estudo e o grupo de controle de municípios do Estado de São Paulo, para os quais foram selecionadas algumas variáveis, então submetidas a várias técnicas ou modelos estatísticos, de forma a confirmar ou não as assertivas que praticamente deram origem a esta pesquisa. No Capítulo VI são relatadas as etapas estatísticas cumpridas e seus resultados, chegando-se, então, às Considerações Finais e Referências Bibliográficas. Completa a apresentação deste trabalho, a seção de Anexos.

Dentro dos limites e parâmetros fixados para esta pesquisa, os resultados obtidos confirmam, em algum grau, como explicado no respectivo Capítulo, que o Turismo gera renda, empregos e melhor qualidade de vida, segundo alguns indicadores.

ABSTRACT

The purpose of this research study is to evaluate Tourism possible socio-economic impacts on a group of São Paulo State municipalities. The objective is to demonstrate the capacity of touristic activities in generating income (or any type of richness, whether through paid salaries to personnel employed in the area, whether through State or Town tax collections), jobs and a better quality of life to the population receiving the touristic flows.

Chapter I discusses the implications related to the scientific approach of the touristic phenomenon; in Chapter II several definitions related to this phenomenon were gathered and evaluated, and in Chapter III and IV aspects related to intervening factors and their impacts on the touristic activity are exposed.

The kernel of this study is to be found in Chapter V, since, by considering the initial pressupositions, it defines the study group and the control group of São Paulo State municipalities for which some variables were selected and which were submitted to a number of techniques or statistical models, so as to confirm or refute the hypotheses which originated this research. In Chapter VI the statistical data are presented.

Within the limits and parameters established for this research, the result obtained confirm to some extent, as explained in the respective chapter, that Tourism generates income, jobs and a better quality of life, in accordance with some studied indicators.

SUMÁRIO

Página

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

I

O TURISMO COMO OBJETO DE ESTUDO DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA.....	6
---	---

II

TURISMO: CONCEITOS.....	11
1. As Definições de Turismo.....	13
2. Turismo Nacional e Internacional.....	16
3. Fluxos Turísticos.....	18

III

FATORES INTERVENIENTES NO TURISMO.....	20
1. Fatores Culturais e Psicossociológicos.....	22
2. Fatores Sócio-Econômicos.....	23
3. Fatores Técnicos.....	26

IV

IMPACTOS DO TURISMO.....	28
1. Impactos Econômicos.....	30
2. Impactos Sócio-Culturais.....	34
3. Impactos Ambientais.....	39
a) O conceito de ambiente.....	40
b) Turismo e ambiente.....	41
c) Turismo e ambiente nos países subdesenvolvidos.....	44

V

UM ESTUDO DE AVALIAÇÃO: OS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO TURISMO.....	47
1. Objeto e Objetivo.....	48
2. Grupo de Estudo: As Estâncias do Estado de São Paulo.....	50
3. Classificação e Caracterização das Estâncias.....	51
a) Relação das Estâncias.....	54
b) Mapa de Localização das Estâncias.....	56

4. A Escolha do Grupo de Controle..... 58

5. Relação das Estâncias e seus Contrastes 64

 a) Mapa de Localização das Estâncias e de seus Contrastes 67

6. Definição das Variáveis e suas Siglas 68

 a) Códigos para as Variáveis 68

 b) Descrição e Fontes das Variáveis 72

VI

RESULTADOS DO ESTUDO 77

 1. Medidas de Discrepância e de Posição: O Método "Box-Plot" 78

 2. Comparação da Média das Variáveis..... 87

 3. Descrição das Correlações 90

 4. Análise de Regressão Linear Múltipla..... 94

CONSIDERAÇÕES FINAIS 102

 1. Limites e Sugestões 105

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 107

ANEXOS..... 114

RELAÇÃO DE MAPAS E QUADROS

Página

MAPA de Localização das Estâncias.....	56
QUADRO I	
Estâncias e Contrastes. Distância da Capital, Regiões Administrativas e de Governo.....	60
QUADRO II	
Estâncias e Contrastes. Microrregião e Mesorregião Geográficas.....	62
QUADRO III	
Relação das Estâncias e Contrastes. População Total em 1990 e Ano de Emancipação	65
MAPA de Localização das Estâncias e Contrastes	67
QUADRO IV	
Estâncias e Contrastes. Dados Discrepantes - "BOX-PLOT"	81
QUADRO V	
Comparação de Média de Variáveis.....	89
QUADRO VI	
Estâncias e Contrastes. Resumo das Correlações de Spearman, para o Grupo Todo e para as Estâncias.....	91
QUADRO VII	
Variáveis Independentes Seleccionadas.....	96
QUADRO VIII	
Resultados da Regressão. Excluída Variável Grupo.....	98
QUADRO IX	
Resultados das Regressões (Por Grupo).....	100

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Os primeiros cursos de graduação em Turismo datam de aproximadamente 20 anos nas faculdades particulares e, na USP essa área de estudo é ainda mais recente. No Brasil, nos últimos anos têm sido publicados trabalhos acadêmicos, geralmente fruto de dissertações ou teses, que fazem uma abordagem científica do fenômeno turístico. De qualquer forma, muita coisa está para ser analisada e estudada, principalmente ao nível da realidade nacional. Por outro lado, entretanto, parece que palpita uma enorme expectativa quanto às potencialidades do setor no Brasil, seja pela diversificação de seus sítios naturais, que parecem se constituir em sua principal oferta de motivação, seja pela disponibilidade de mão-de-obra (tão significativa para o desenvolvimento da atividade turística), seja pela possibilidade do setor contribuir para o desenvolvimento do país e, em especial, de algumas de suas regiões.

Disto se pode depreender que a questão maior a nortear o processo de pesquisa é a possibilidade do Turismo atuar como um fator a mais de desenvolvimento, ou seja, como um fator de desenvolvimento regional. A partir daí, surgem algumas inquietações:

- Quais as perspectivas de se desencadear um processo de reorganização de certos espaços polarizados pela exploração econômica da atividade turística?
- O que o Turismo poderia representar para algumas das regiões do Brasil? Ou algumas localidades? E o que ele efetivamente representa nesse sentido?

Estas são questões amplas e complexas para serem respondidas numa dissertação de mestrado, razão pela qual procurou-se limitar o alcance deste trabalho, ao estudo comparativo de algumas características sócio-econômicas de municípios do Estado de São Paulo, remota ou claramente vinculados ao Turismo, em relação a outros aleatoriamente escolhidos, dentro dos mesmos limites político-administrativos e com algum grau de uniformidade.

A afirmação, remota ou claramente vinculados ao Turismo, justifica-se em função do tipo de amostra selecionada: a relação das Estâncias do Estado de São Paulo, em setembro de 1993.

Entre as restrições que se poderia fazer à escolha desse conjunto, estão as pressões políticas a que esteve submetido num passado mais recente, quando seus prefeitos eram nomeados pelo governo do Estado. Hoje, sanada esta questão, resta ainda, a dotação orçamentária especial que recebem dessa mesma fonte e que acaba sendo atraente, principalmente para os municípios pequenos. Portanto, a associação entre Turismo e estâncias pode ser remota ou clara, mesmo porque nem sempre foi esse o motivo inicial de sua criação e regulamentação pelo governo, como se verá mais adiante.

Por outro lado, se a escolha não recaísse sobre as estâncias, restaria somente a classificação de municípios turísticos de Langenbuch (1977) baseada na aplicação da *"taxa de função turística"* proposta por Defert. Ao que consta, não existe nenhum outro modelo testado e divulgado, no Estado de São Paulo, que defina um município a partir de sua condição turística e, na verdade, talvez este trabalho possa contribuir, de alguma forma, para isso. Como as estâncias ainda não haviam sido submetidas a nenhum estudo semelhante, optou-se, então, por sua escolha.

Feitas essas colocações, sobre o objeto da pesquisa, resta apresentar o porquê da preocupação com essa problemática. A expansão do Turismo no mundo e sua consolidação como importante atividade econômica tem suscitado estudos sobre as perdas e ganhos intrínsecos ao seu crescimento, isto é, discutem-se os impactos negativos e positivos numa tentativa de medida de difícil aferição.

Entre os impactos negativos citam-se:

- o desequilíbrio da balança comercial;
- inflação;
- a poluição ambiental;
- a descaracterização da paisagem com construções em geral, estradas, acessos e aterros;
- a destruição e a transformação da cobertura vegetal original;
- o desalojamento da população local, a desestruturação de sua economia de subsistência e o choque entre seu comportamento e valores e os dos turistas. Estes sempre se colocam numa posição de superioridade, porque viajar, normalmente reflete "*status*" no grupo de origem, e está associado à posse de dinheiro.

Entre os positivos podem-se citar:

- a melhora geral da infraestrutura urbana com a instalação ou expansão de canalização de água, de esgoto, de energia elétrica e de serviços públicos em geral;
- a melhoria das condições de acesso;
- a geração de renda, impostos e de empregos;
- a geração de divisas;

- a reativação de certas atividades econômicas e o enriquecimento cultural, com a ampliação da demanda por artesanato, valorização de festas, de práticas e da própria história local.

Concomitantemente positivos e negativos portanto, a análise do saldo desses impactos exige do pesquisador um estudo minucioso e específico, razão pela qual merece se constituir em objeto de pesquisa. Este trabalho se propõe verificar algum resultado "*líquido*", pelas diferenças observadas em variáveis sócio-econômicas de alguns municípios do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO I

O TURISMO COMO OBJETO DE ESTUDO DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A inclusão deste tema no trabalho deve ser entendida como fruto das preocupações do pesquisador em confrontar ou reunir idéias que contribuam de alguma forma para que o estudo do Turismo se aproxime mais dos parâmetros intrínsecos ao conhecimento científico, colocando-se sempre adiante de si mesmo, indo além.

São colocações iniciais, limitadas pelas características próprias de uma dissertação de mestrado e sujeitas, como não poderia deixar de ser, à refutabilidade que é a própria marca da ciência.

Pensar no fato e no fenômeno turístico como objeto de estudo da investigação científica, implica em recorrer a alguns autores que têm tratado do assunto. Para Fuster (1971:21), por exemplo, vive-se hoje em dia num mundo de especialização, onde a consideração científica de um fenômeno é uma questão de prestígio. O Turismo para ele já se constitui num corpo teórico (com ou sem razão), uma categoria de especialização científica; os estudos sobre o Turismo constituem-se na teoria turística, enquanto a técnica refere-se à sua prática. A teoria do Turismo pode ser considerada científica, se sistematizada, lógica e válida.

O principal objetivo da ciência é a teoria (Kerlinger, 1980:17-21) e esta pode ser definida como uma exposição sistemática das relações entre um conjunto de variáveis; se apesar de todos os estudos o Turismo ainda não se constituiu numa doutrina sistemática, é porque além de complexo, é um fenômeno

abrangente, em contínua transformação, e que só mais recentemente tem sido alvo de estudos cientificamente conduzidos.

Um outro autor que aborda a questão do Turismo como objeto de investigação científica é Boullón (1990:13-24), só que numa postura contrária à defendida por Fuster. A análise científica do Turismo enfrenta, escreve Boullón, uma série de dificuldades como a ausência de unanimidade nas definições relativas ao setor e às suas formas e à falta de uma linguagem técnica razoavelmente aceita ou de aceitação universal (embora no *"trade"* ou setor de comercialização isso já ocorra). Não se pode deixar de concordar com Boullón mas, por outro lado, é preciso lembrar que o estudo sistemático do fenômeno turístico é recente, e nada impede que se caminhe na busca dessa unanimidade.

Nas ciências sociais, para Boullón, teoria e investigação nem sempre andam juntas e muitas teorias contêm fatos especulativos que vão além da evidência dos dados disponíveis: o Turismo não surgiu de uma teoria, e sim, de uma realidade espontânea e que se foi configurando a si mesmo sob o impacto dos descobrimentos em outros campos. E aqui pode-se perguntar: será que isso é condenável a partir do ponto de vista da ciência? Será que um ramo do conhecimento qualquer será menos científico porque surge assim? Se o conhecimento é a apreensão da realidade na tentativa de explicá-la, prevê-la e nela interferir, como pode ser anterior a ela? Como pode a teoria preceder à realidade?

Outras duas colocações desse autor a propósito do mesmo tema serão comentadas aqui. A primeira refere-se à ausência de um corpo teórico no Turismo, constituído de hipóteses satisfatoriamente comprovadas e que se constituam nos princípios gerais de uma disciplina do saber. Mais uma vez, não se pode deixar de concordar com Boullón, mas também, igualmente lembrando, que nada impede que se caminhe nesse sentido. A segunda, consequência da primeira,

refere-se à indefinição em relação ao tipo de conhecimento a que pertence o Turismo. Aqui pode-se argumentar através de dois pesquisadores na área da metodologia da pesquisa científica: Kerlinger (1980:2, nota de rodapé) e Hegenberg (1965:25-26) que comentam: o primeiro, que são tênues os limites entre as ciências sociais, e o segundo, que a divisão das ciências fatuais em ciências naturais e sociais não é especialmente importante e serve apenas a fins administrativos e didáticos. As ciências fatuais são também chamadas empíricas porque exploram, descrevem, explicam e predizem o que ocorre no mundo em que se vive e as formais, como a lógica e a matemática, têm suas asserções aceitáveis por outros motivos e não fazem especial referência aos dados empíricos.

Num certo aspecto não parece ter ficado muito clara uma argumentação de Boullón em relação à impossibilidade da evolução do Turismo para uma ciência autônoma, na medida em que afirma (1990:20) ser o seu progresso somente possível através das ciências sociais, como um capítulo destas e não como um conhecimento autônomo; por outro lado, entretanto, já afirmara (1990:16) que o planejamento do setor é especialmente difícil porque cada especialista projeta para a área um esquema teórico herdado da própria disciplina que pratica. Ora, se o Turismo deve continuar sendo um aspecto das várias disciplinas sociais e não uma disciplina em si, como esperar que os pesquisadores se desvinculem de sua formação teórica e consigam planejar melhor o setor?

Será que o importante no caso do conhecimento científico, da constituição de um corpo teórico qualquer não é a obediência às regras ou passos desse procedimento: observação, classificação, interpretação e sistematização dos dados (Kerlinger, 1980:9-21)? Segundo esse autor, sempre que forem seguidos esses passos, estar-se-á fazendo ciência; se isso se aplicar ao Turismo, talvez se possa igualmente chegar, como em outros ramos do conhecimento, a uma teoria

razoavelmente constituída, cuja solidez vai aumentar na mesma medida em que se multipliquem os estudos assim conduzidos.

Kerlinger lembra ainda que é igualmente importante atender aos requisitos do conhecimento científico como: objetividade, evidência empírica e honestidade; a objetividade implica em que qualquer um, com um mínimo de competência possa chegar aos mesmos resultados. Essa objetividade é mais fácil de ser obtida nas ciências físicas ou naturais do que nas sociais ou comportamentais (onde o objeto de estudo é o próprio homem); isso, entretanto, não é impossível, devendo os pesquisadores destas últimas, cercar-se de mais cuidados no sentido de se evitar a percepção seletiva, que pode levá-los a ver o que querem e não o que existe. A objetividade, por sua vez, não implica em ser científico e nem atribui maior importância aos dados observados.

Quanto à evidência empírica, ela se refere à constatação obtida pelo uso de dados de forma sistemática e controlada e, finalmente, a honestidade diz respeito à postura do pesquisador em seu trabalho, não inventando nem falseando dados, o que não tem nada a ver com a moralidade pessoal dos cientistas, que não são pessoas melhores ou piores que ninguém.

As ciências sociais, onde costumeiramente se inclui o Turismo, têm uma característica especial no sentido de que o homem é simultaneamente sujeito e objeto de estudo da própria realidade; além disso, nelas, as generalizações são mais difíceis de acontecer pela quantidade de variáveis intervenientes e que nem sempre são passíveis de controle; de qualquer forma, entretanto, é sempre possível fazer-se afirmações de probabilidade.

CAPÍTULO II

II

TURISMO: CONCEITOS

É muito difícil definir a atividade turística ou o Turismo como um fenômeno ou fato, por sua natureza complexa e abrangente, em que se mesclam teorias e conceitos pertinentes a muitos ramos do saber humano; entretanto, o que de um lado pode ser visto como um obstáculo, por outro, pode se constituir num desafio ainda mais motivador. Afinal, não é assim que se apresenta a realidade que envolve o ser humano? Por acaso os fenômenos sociais, políticos, econômicos etc., apresentam-se em compartimentos estanques que permitem ao pesquisador ignorar a interferência recíproca entre os fatos e dados dessas diferentes áreas citadas? Certamente que não. O mundo, a realidade que o homem tenta explicar através do conhecimento em suas várias manifestações, é extremamente complexo e em constante transformação e movimento. Se é assim que se define o fenômeno turístico, ele só está refletindo as características ou condições de uma realidade que lhe deu origem.

Isso impõe, por outro lado, a necessidade de se recorrer à interdisciplinaridade ou à multi-disciplinaridade, na busca de uma melhor definição e explicação do fenômeno. A Economia, a Sociologia, a Geografia, a Psicologia e a Política, entre outras, são ciências fundamentais no estudo dessa atividade cuja condição abrangente dificulta a adoção de uma definição única que inclua todos os setores por ela envolvidos.

O Turismo pode ser considerado um fato tão antigo quanto os primeiros vivenciados pelo homem, ressalvadas certas especificidades, e guardadas certas proporções, que o diferenciam ao longo da história da humanidade. No seu âmago está, além do próprio ser humano, sua necessidade ou

característica intrínseca de deslocamento por não importa que motivo: prazer, curiosidade, aventura etc.

1. AS DEFINIÇÕES DE TURISMO

A origem etimológica do termo vem, segundo Fuster (1971:25), do latim, do substantivo "*tornus*", torno e/ou do verbo "*tornare*", tornear, que em latim vulgar significa girar; em ambos está implícita a idéia de viagem circular, de volta ao ponto de partida.

Analisando várias definições de Turismo, Mário Beni (1988:42) observou que elas possuem alguns elementos comuns ou razoavelmente diferentes a saber: o deslocamento num "*tour*", ou seja, uma viagem de ida e volta; a permanência fora do domicílio; a temporalidade; o sujeito do Turismo (que é o próprio homem) e o elemento objetivo do Turismo, representado pelo equipamento receptivo e fornecimento de serviços e bens turísticos. A primeira característica citada, o deslocamento, constitui-se no único elemento comum de todas as definições sobre o Turismo e nenhuma outra; a natureza abrangente e complexa desse fenômeno e a multiplicidade de fatores nela envolvidos, dificulta o alcance de uma definição unânime e que atenda simultaneamente às necessidades dos mais variados pesquisadores do setor.

Pode-se, por exemplo, pensar em definir o Turismo a partir do lado da oferta, em que se procura saber quais as empresas que devem ser classificadas como exclusivamente turísticas; do lado da demanda, pode-se analisar o que é o turista e quais os condicionantes de sua viagem e de seu comportamento; finalmente, o Turismo pode ainda ser pesquisado a partir de ambas as posições,

oferta e demanda, considerando-se os impactos e as relações das duas esferas sobre a atividade econômica em geral (Beni, 1988:45-46).

Um outro autor que também abordou a questão das definições do Turismo foi Miguel Acerenza (1986:23-43) que colocou essa atividade como uma forma particular de uso do tempo livre e uma forma particular de recreação. Adotando a definição do Instituto da Unesco para a Juventude, o tempo livre é definido por Acerenza como aquele do qual o indivíduo dispõe, além do necessário para a satisfação de suas necessidades vitais ou biológicas e obrigações profissionais, familiares e sociais. Por outro lado, em relação à definição de recreação, optou por uma conceituação mais ampla e que diz respeito ao uso que o homem faz de seu tempo livre, sempre que esse uso se realizar com uma atitude prazerosa, por considerar que, na realidade, não é a atividade que define o sentido de recreação, mas a atitude adotada pelo indivíduo durante o uso que faz de seu tempo livre.

Quanto às definições de caráter técnico, do que seja o fenômeno ou fato turístico, elas são múltiplas e estão sujeitas aos objetivos iniciais do pesquisador; Acerenza (op.cit.) relaciona então definições para fins estatísticos, comerciais, econômicos e jurídicos e adota uma classificação básica de Turismo, em *interno* ou *externo* e que será mais cuidadosamente relatada aqui em função dos interesses específicos do desenvolvimento deste trabalho. Antes disso, entretanto, vale registrar aqui, a definição de Turismo adotada pela OMT - Organização Mundial do Turismo (1991:3-4), pela ação polarizadora que essa associação exerce no setor:

"O turismo compreende as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de

tempo consecutivo inferior a um ano com fins de ócio, por negócios e outros motivos turísticos".

O termo **visitante**, por sua vez, designa:

"toda pessoa que se desloca a um lugar distinto de seu entorno habitual, por uma duração inferior a doze meses, e cuja finalidade principal não é a de exercer uma atividade remunerada no lugar visitado".

O objetivo desta definição é diferenciar os **visitantes** de **outros viajantes**, a partir dos seguintes critérios:

- a. o deslocamento ou viagem de uma pessoa a um lugar **diferente de seu entorno habitual**, que exclui os deslocamentos cotidianos ou regulares entre o domicílio e o lugar onde trabalha ou estuda;
- b. a permanência no lugar visitado deve ser **inferior a doze meses**. Ultrapassado esse limite o visitante adquire a condição de residente no dito lugar (do ponto de vista legal);
- c. o **motivo principal** da visita deve ser **diferente daquele de exercer uma atividade remunerada no lugar visitado**, o que exclui os movimentos migratórios para trabalho.

Os visitantes podem ser internacionais e nacionais e referem-se tanto a **turistas** como a **visitantes de um dia** ou **excursionistas**.

2. TURISMO NACIONAL E INTERNACIONAL

A classificação em Turismo nacional ou internacional está baseada em duas variáveis: o lugar de residência habitual do turista e o âmbito ou a dimensão de seu deslocamento.

A OMT define três tipos de Turismo:

- a. Turismo interno: é o dos residentes em um país que visitam o seu próprio país;
- b. Turismo receptor: é o dos visitantes que chegam a um país no qual não são residentes;
- c. Turismo emissor: é o dos residentes de um país que visitam outros países.

Estes conceitos podem ser aplicados ao nível nacional e regional, substituindo-se a palavra "país" por "região" e "nacional" por "regional". A denominação "região" pode referir-se à zona de um país ou a um conjunto de países.

Para fins estatísticos, a expressão **turista internacional** designa:

"todo visitante internacional que viaja a um país e que ali permanece por uma noite e cujo motivo principal da visita pode classificar-se em: lazer, recreação, férias, negócios, motivos profissionais ou outros motivos de carácter turístico como estudo, tratamento de saúde etc."
(OMT, 1992:7).

Já o **turista interno** refere-se a *"todo visitante interno que permanece pelo menos uma noite"*, pelos mesmos motivos.

A expressão **visitante internacional** de um dia ou **excursionista internacional** diz respeito a *"todo visitante internacional que viaja a um outro país por um período inferior a 24 horas sem incluir pernoite no país visitado"*. São incluídos, aqui, os passageiros em cruzeiros e os membros das tripulações que não passam a noite no país de destino.

Finalmente, **visitante interno** de um dia ou **excursionista interno** designa *"todo visitante interno cuja visita seja inferior a 24 horas sem incluir pernoite no lugar visitado"* (OMT, 1992:8).

Comentando algumas implicações relativas aos dois tipos de Turismo, Acerenza (1986:23-43) afirma que o Turismo internacional tem maior probabilidade de enfrentar diferenças quanto ao idioma, usos e costumes e tipo de moeda; além disso, também implica em cumprir requisitos que os países visitados estabelecem em termos migratórios. Por outro lado, é muito mais sensível às flutuações monetárias e às mudanças no campo político que podem ocorrer entre os vários países. Do ponto de vista econômico, entretanto, o Turismo internacional implica numa transação monetária e repercute diretamente sobre a balança de pagamentos.

Por outro lado, o Turismo nacional não se caracteriza por dificuldades quanto à língua, aos usos e costumes, à moeda, às exigências alfandegárias ou às flutuações monetárias e políticas, e pode não trazer divisas, mas contribui para a difusão do capital nacional dentro do país, produzindo um consumo que contribui para o desenvolvimento econômico (Fuster, 1971:33). As questões relativas aos

fatores e impactos do Turismo serão analisadas no decorrer deste trabalho em capítulos específicos.

Para finalizar pode-se lembrar a eventual "*provisoriedade*" das distinções entre visitantes nacionais e internacionais pela consolidação de grandes blocos regionais como o Mercosul, a União Européia e o NAFTA (North America Free Tax Agreement).

3. FLUXOS TURÍSTICOS

É dentro da modalidade de Turismo interno que se vai trabalhar, e ainda, em relação a esta problemática, a caracterização de **fluxos turísticos** de Beni (1988:627-647) significa um avanço, porque o uso de tal expressão representa uma aproximação do caráter dinâmico próprio do fenômeno turístico, que está intrinsecamente associado à condição de movimento e que o termo **fluxo** define muito bem. Fluxo turístico receptivo, emissivo, internacional e nacional são algumas das expressões claramente explicitadas pelo referido autor, entre as quais selecionou-se: **fluxo turístico itinerante**, **fluxo turístico de estada** e **fluxo turístico sedentário-residencial**, em função dos interesses específicos deste trabalho e que são a seguir caracterizados:

- **Fluxo turístico itinerante** engloba os turistas que ficam em média 6 horas e não ultrapassam mais de 12 horas de permanência nos núcleos receptores; por isso, pouco solicitam os equipamentos e serviços, restringindo suas necessidades às instalações de alimentação e recreação e à aquisição de produtos típicos.

- **Fluxo turístico de estada** refere-se aos turistas que permanecem mais de 24 horas e geram pernoite; a partir do tempo de permanência

divide-se em: estada frio-semanal e estada frio-menso-estacional e solicitam alojamentos e servios de alimentao e recreao.

• **Fluxo turstico sedentrio-residencial** inclui os turistas que se deslocam por tempo indeterminado, com afluncia turstica razoavelmente uniforme e sem renovao da demanda ou diversificao da oferta. Esse fluxo normalmente acaba por constituir centros de polarizao turstica, principalmente nas reas litorneas e se caracterizam pela posse da prpria instalao de alojamento que normalmente se transforma em residncia secundria; a partir do tempo de permanncia divide-se em: residencial frio-semanal e residencial frio-menso-estacional.

Talvez seja importante acrescentar s consideraes de Beni, a questo do aluguel para terceiros destas residncias secundrias que efetivamente ocorre, embora no se saiba em que propores, mas substituindo equipamentos e servios de hospedagem e de alimentao, o que representa uma alternativa mais acessvel em termos de custos e atendendo, por vezes, a uma faixa especfica do mercado consumidor do Turismo.

CAPÍTULO III

III

FATORES INTERVENIENTES NO TURISMO

É muito difícil estabelecer um limite preciso entre os fatores que interferem no desenvolvimento do Turismo e os impactos que esse mesmo processo gera. Espécie de vetores que interagem mutuamente, fatores e impactos confundem-se, dificultando o trabalho do pesquisador. Por exemplo: a expansão desordenada da atividade turística pode provocar degradação do meio a ponto de comprometer sua exploração, ou seja, problemas ambientais atuam simultaneamente como um fator interveniente e como um impacto do desenvolvimento do Turismo.

Por outro lado, ao se analisar os fatores e impactos do Turismo é preciso considerar a importância da atividade turística para a economia do país como um todo, além do seu grau de interação com os outros setores econômicos (Rabahy, 1990:79).

O Turismo é uma atividade econômica como outra qualquer e, portanto, gera um produto que supõe a existência de uma demanda e de uma oferta, mais claramente identificados como locais, regiões ou países emissores e receptores. Isso não impede, entretanto, que essas condições se sobreponham, ou seja, que emissores sejam simultaneamente receptores.

Como o Turismo implica necessariamente num deslocamento da população demandante para o local de consumo, é de extrema importância analisar as características das áreas emissoras que interferem diretamente sobre o comportamento do mercado porque a decisão de compra do produto turístico é

feita num tempo e lugar diferentes daqueles em que é realizado o consumo (Rabahy, 1990:80).

Além disso, a análise dos fatores e impactos do Turismo deve levar em conta a condição de desenvolvimento do país, considerada a partir de indicadores quantitativos e qualitativos; isto é, à renda "*per capita*" e à geração de divisas e emprego é preciso acrescentar também dados sobre a esperança de vida ao nascer, as taxas de alfabetização, de mortalidade infantil, a estrutura produtiva, as condições culturais e sociais do país ou região etc.

Os fatores intervenientes no desenvolvimento do Turismo, utilizando-se a classificação proposta por Rabahy (1990:79-103), são agrupados segundo três dos seus aspectos:

1. Fatores Culturais e Psicossociológicos.
2. Fatores Sócio-Econômicos.
3. Fatores Técnicos.

1. FATORES CULTURAIS E PSICOSSOCIOLOGICOS

Entre esses fatores estão **a escala de necessidades das pessoas e seus motivos de viagem** (férias, recreação, esporte, saúde etc.). Merece destaque a questão do "*status*", porque o lazer e as viagens transformaram-se numa atividade essencial à vida moderna, que dá prestígio social e cultural, gerando por efeito-demonstração, comportamentos semelhantes. A importância do **grau de escolaridade** se justifica por manter uma correlação positiva com o nível de renda,

além de melhorar a qualidade da mão-de-obra e proporcionar um crescimento econômico mais equilibrado.

A **necessidade de conhecer e encontrar pessoas** é um outro fator que pode estimular o crescimento do Turismo, contribuindo simultaneamente para um intercâmbio tecnológico e cultural. Fica aqui mais um exemplo de como fatores e impactos no Turismo se confundem: o intercâmbio tecnológico e cultural estimula o Turismo, ao mesmo tempo em que é estimulado por ele.

Finalmente, como último item desta ordem de fatores está a questão da **promoção e propaganda**. Os gastos assim realizados permitem ampliar a potencialidade de consumo dos produtos turísticos e seu objetivo é tornar o produto conhecido, acreditado e desejado. É preciso conhecer as preferências e motivações dos consumidores de Turismo (Lage, 1990:84) para orientar a tônica do processo de promoção e propaganda. A mídia pode ter uma ação positiva ou negativa no desenvolvimento do Turismo, na medida em que a promoção pode estimular diretamente a demanda ou indiretamente provocar sua retração, quando são exageradas certas dificuldades de uma destinação qualquer. No caso do Brasil, outros setores econômicos vendem mais porque investem mais em propaganda (Lage, 1990:83). O setor de brinquedos e diversão, por exemplo, investiu em 1989, 6,2% em propaganda, enquanto o Turismo investiu 2,3% da verba total dos investimentos publicitários gerais.

2. FATORES SÓCIO-ECONÔMICOS

Entre esses fatores Rabahy incluiu população, renda, preço do produto turístico, câmbio, urbanização, industrialização e aumento do tempo livre, que são agora examinados individualmente.

Em relação à **população**, dois elementos não podem deixar de ser considerados: tamanho, crescimento e a porcentagem de população economicamente ativa. A partir destas variáveis, dados correntes conduzem a análise para dois grandes grupos: os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos.

No caso dos países desenvolvidos, a população é menor e também cresce a uma porcentagem menor que os países subdesenvolvidos. Entretanto, é uma população com maior e melhor distribuição de renda, constituindo-se nos principais centros emissores de turistas (talvez seja importante acrescentar que, a longo prazo, há uma tendência à diminuição da população absoluta para usufruir dessa atividade; aliás, a diminuição da população nos países desenvolvidos têm levado alguns governos a criarem campanhas de estímulo à natalidade). A maior população absoluta e a maior porcentagem de crescimento da população dos países subdesenvolvidos não chega a afetar significativamente o Turismo, porque sua participação no mercado emissor é limitada (Rabahy, 1990:25).

A porcentagem de população economicamente ativa (PEA) é menor nos países desenvolvidos onde a maior e melhor distribuição da renda permite a existência de uma maior população dependente; nos países subdesenvolvidos, a PEA é maior, mas soma grande número de crianças e os salários são proporcionalmente muito menores.

Quanto à **renda**, Rabahy afirma, ainda, que há uma estreita correlação entre o nível de renda e a demanda por viagens, embora o Turismo muitas vezes seja considerado um bem não essencial, ligado mais à vivência que à sobrevivência. Uma grande concentração de renda implica, proporcionalmente, em gastos mais elevados, mas por uma pequena parcela da população; um maior número de turistas é garantido quando uma renda média é atribuída a um maior número de

pessoas. Em função disso, torna-se evidente que as flutuações no nível de renda das pessoas podem afetar o consumo dos produtos turísticos (embora, muitas vezes, esse consumo apresente um componente de resistência), explicando sua substituição.

A questão do **preço** pode, igualmente, levar à substituição de um produto por outro; por outro lado, a sazonalidade gera pressão sobre os preços na alta estação. Quanto ao **câmbio**, é preciso acrescentar que os países subdesenvolvidos, cuja moeda tem comparativamente menor poder de compra, podem apresentar preços mais atraentes para os produtos turísticos, mas, por outro lado, as altas taxas inflacionárias, que muitas vezes os caracterizam, acabam por anular as vantagens iniciais. Além disso, muitas vezes, esses mesmos países, não dispendo de pré-condições necessárias ao atendimento dos turistas, são levados a suprir essas deficiências através de importações que freqüentemente acabam por desequilibrar ainda mais sua balança comercial.

Urbanização, industrialização e aumento do tempo livre serão agora analisados de uma forma associada em relação às influências que podem exercer sobre o Turismo. Isso porque observa-se atualmente no mundo uma tendência à urbanização, associada ou não a um processo de desenvolvimento industrial. De uma forma ou de outra, entretanto, a aceleração da urbanização gera tensões e dificuldades de tal ordem que as cidades transformaram-se nos principais pólos emissores de turistas. Além disso, elas concentram os serviços de informação, de comercialização e de promoção do produto turístico, transformando-se por tudo isso no principal alvo das campanhas publicitárias do setor. Entretanto, se as condições de vida da sociedade urbano-industrial impõem sérias dificuldades a seus membros, como poluição, tráfego, competição, horários etc., por outro lado, é fruto dessa mesma sociedade, o aumento do tempo livre com

a redução da jornada semanal de trabalho e com a garantia de férias anuais remuneradas. São preenchidas, assim, as duas condições básicas para a concretização da atividade turística: tempo e dinheiro.

3. FATORES TÉCNICOS

Esses fatores são agrupados por Rabahy (1990:96-104) em mecanismos institucionais de intervenção do Estado, evolução do sistema de transportes, infraestrutura turística e operadores turísticos.

O **Estado** pode ter um papel fundamental na expansão e no direcionamento do setor turístico, seja pela sua capacidade de atuar na propaganda, de controlar os vistos de permanência e emissão de passaportes, e mesmo pela política cambial e de incentivos fiscais.

Quanto ao **sistema de transportes**, pode-se dizer, sem dúvida, que a era do automóvel contribuiu decisivamente para a expansão da atividade turística, seja através de sua massificação, da expansão das rodovias, ou mesmo do transporte coletivo muitas vezes associado a serviços turísticos como hotéis, restaurantes etc.

O transporte ferroviário, por sua vez, poderia ter uma importância decisiva no crescimento do Turismo se fosse associado a outros serviços. Não poluidor, poupador de energia, com baixo custo operacional, teria seu custo fixo abatido, numa relação inversamente proporcional ao maior número de usuários.

Os cruzeiros turísticos atendem a uma elite muito restrita, porque são caros, demorados e exigem, além de férias alongadas, uma grande disponibilidade

de renda para cobrir: os elevados custos das viagens e o longo afastamento das atividades produtivas.

Finalmente, no caso da aviação, o progresso foi muito acentuado depois da Segunda Guerra Mundial, proporcionando maior segurança, barateamento dos custos para grandes distâncias, economia de tempo e integração com certas destinações turísticas.

A questão da **infraestrutura turística** diz respeito à capacidade de hospedagem e sua taxa de ocupação que, por sua vez, são indicadores dos fluxos turísticos. Os hotéis que se constituem no principal meio de hospedagem caracterizam-se, na atualidade, pela sofisticação e diversificação dos serviços oferecidos, de forma a garantir ao hóspede, lazer e entretenimento durante todo o dia. Apesar de todas as vantagens advindas com a instalação de hotéis nos países subdesenvolvidos, seja pelo recolhimento de impostos, seja pela geração de empregos, quando esses hotéis pertencem a redes internacionais, eles não favorecem o controle da comercialização, o ingresso de divisas, e nem mesmo a formação de mão-de-obra especializada que é importada dos países-sede.

Por fim, resta comentar a ação dos **operadores turísticos** que desempenham um papel muito importante no setor, porque trabalham com informações especializadas e em bloco, racionalizando economicamente a viagem; podem também promover regiões turísticas ou criar restrições a novas destinações. Também é importante alertar que se a comercialização e o pagamento dos serviços turísticos são feitos com cartões de crédito ou Travel Check, os resultados são pouco compensadores para os núcleos receptores, porque uma vez mais as comissões voltam para os países-sede, prestadores do serviço de crédito.

CAPÍTULO IV

IV

IMPACTOS DO TURISMO

A avaliação dos impactos que a atividade turística provoca, enfrenta duas ordens de dificuldades já comentadas aqui. A primeira se refere à difícil delimitação entre fatores intervenientes e impactos, e a outra diz respeito à falta de estatísticas padronizadas entre os vários países e mesmo à sua quase total ausência. Além disso, é extremamente difícil estabelecer com exatidão quais os impactos provocados pelo Turismo e quais os que podem ser explicados por outras ordens de fatores. No caso do Brasil, em especial, essa fato é agravado pelo recente desenvolvimento do setor e pela ainda mais recente abordagem científica do fenômeno. Mas, independentemente das possíveis dificuldades a serem enfrentadas, é exatamente neste aspecto que este trabalho pretende se desenvolver, buscando dados que esclareçam algumas características dos impactos sócio-econômicos do Turismo.

No tratamento deste item, Rabahy propõe a seguinte classificação:

- 1) Impactos Econômicos.
- 2) Impactos Sócio-Culturais.
- 3) Impactos Ambientais do Turismo.

1. IMPACTOS ECONÔMICOS

Entre os impactos econômicos, segundo a classificação proposta, serão abordados a renda nacional, a distribuição de renda e o desenvolvimento regional, o nível de emprego, o balanço de pagamentos, os preços, o setor público, o tipo de câmbio, a moeda e as relações de troca com outros países.

A grosso modo pode-se dizer que os impactos diretos do Turismo sobre a **renda nacional** são benéficos, porque proporcionam um aumento de seu volume, seja pelos gastos diretos em hotéis, restaurantes, agências de viagem, comércio, transportadoras etc., seja pelos indiretos, através do estímulo à procura de bens primários, intermediários e finais nos outros setores produtivos. Entretanto, nem sempre o saldo interno das contas é positivo, principalmente se o país não dispõe das pré-condições sociais e econômicas que permitam o eficiente desenvolvimento da atividade. É o caso da infraestrutura urbana, dos equipamentos turísticos, do acesso, do atrativo e da capacidade da própria economia em atender às necessidades dos turistas. Muitas vezes, o Turismo acaba agindo como um efeito-demonstração negativo, pressionando a demanda por bens de produção limitada, gerando inflação ou criando problemas para o abastecimento normal da população local.

A questão da **distribuição de renda** pode ser analisada como uma condição ou elemento intrínseco ao **desenvolvimento regional**, ou seja, a atividade turística poderia ser estimulada em certas áreas como móvel da criação de laços econômicos e sociais entre os habitantes de uma localidade ou região qualquer. Entretanto, para que isso aconteça, é fundamental a existência de pré-condições como a infraestrutura social básica, serviços públicos e a *"determinação estratégica de desenvolvimento daquela região e dos setores selecionados"* (Rabahy, 1990:66). Além disso, a expansão do Turismo deve se processar de forma

ordenada, não massificada, e naquelas regiões onde a vocação turística esteja muito bem caracterizada. É imprescindível também que a estratégia de ativação do setor seja definida a **partir e para** a população local, num processo voltado para a preservação de sua cultura e de seu ambiente.

O aumento do **nível de emprego** é a grande vantagem apontada pela expansão do setor turístico, que é um grande absorvedor de mão-de-obra direta ou indiretamente falando. Esta questão da geração de empregos enfrenta duas dificuldades muito sérias: a primeira diz respeito à sazonalidade, ou seja, durante a alta estação é grande a procura por mão-de-obra, que permanece desocupada na baixa estação. Entretanto, em relação a isso, pode-se afirmar que: *"como é possível prever-se esse tipo de flutuações, pode-se atribuir uma dose de voluntariedade dos indivíduos engajados em ocupações dessa natureza"* (Chahad, 1991:333). Pode-se concluir, então, que a possibilidade de previsão atenua a condição negativa da sazonalidade, porque implica num certo grau de controle sobre ela, ou seja, ela passa a ser manipulada, planejada. A segunda das dificuldades referidas acima diz respeito à complexidade em se isolar, do ponto de vista estatístico, os empregos gerados direta ou indiretamente pelo Turismo, e os que são fruto do desempenho da economia em geral.

Deve ser cuidadosa a análise do **balanço de pagamentos**, principalmente nos países subdesenvolvidos, porque se, de um lado, o Turismo gera divisas que podem ajudar a equilibrar as contas externas do país, de outro, pode requerer também gastos em promoções no exterior, além das importações necessárias ao atendimento dos turistas, desequilibrando-se a balança comercial e forçando a tomada de empréstimos que garantam o equilíbrio desse mesmo balanço, anulando-se, assim, as vantagens iniciais.

Quanto aos impactos que a atividade turística pode exercer sobre os **níveis de inflação** é preciso considerar a importância que o Turismo tem na economia em questão; se os bens e serviços requeridos pelos turistas são procurados ao mesmo tempo pela população residente e se o mercado em questão tem condições de atender ao crescimento da demanda.

Entretanto, ao nível local devem ser considerados também os problemas desencadeados na questão do valor da terra, porque a constituição de novos destinos turísticos implica necessariamente na instalação de empreendimentos imobiliários, o que por sua vez pode estimular a especulação. Pode-se dizer que este é um dos impactos negativos mais significativos que o Turismo pode provocar sobre uma localidade qualquer, porque a elevação do custo da terra, ou da propriedade, pressiona desmesuradamente a população residente, que acaba por vendê-la ou perdê-la para os detentores de documentos legais de posse.

A sazonalidade também costuma ser apontada como um importante elemento de impacto inflacionário, porque gera, como já foi dito, uma demanda simultânea por bens e serviços por parte de turistas e comunidade local. Entretanto, em que medida esse fato não poderia ser parcialmente contornado pela possibilidade de sua previsão?

A relação entre Turismo e **setor público** deve levar em conta dois elementos: *"a receita fiscal gerada e os gastos públicos requeridos"* (Rabahy, 1990:71). No caso da receita fiscal, além do Turismo externo, o Turismo interno também desempenha um papel importante nos países desenvolvidos ou de nível intermediário de desenvolvimento, mas de grande extensão territorial, como é o caso do Brasil. Quanto aos gastos públicos necessários à instalação de infraestrutura e serviços públicos básicos, é preciso lembrar que são uma das razões da

existência do Estado, que deve garantir uma boa qualidade de vida para a população, e que esses investimentos são necessários em maior ou menor proporção por qualquer atividade econômica.

A política de **variação cambial** pode afetar positivamente o Turismo externo, porque torna os produtos turísticos mais competitivos no mercado, em relação aos preços. Entretanto, isso pode não ser muito significativo porque nem sempre os turistas estrangeiros têm acesso a essas informações, além do que contam mais, neste caso, variáveis como distância, segurança, modismos etc. E, para a economia como um todo, é discutível essa política que não estimula o aprimoramento do setor exportador e, certamente, encarece todas as importações.

As **relações de troca**, por sua vez, merecem uma atenção especial, porque os produtos turísticos revelam uma crescente tendência de valorização, ao contrário dos bens primários (que se constituem no principal montante das exportações de países subdesenvolvidos ou de nível intermediário de desenvolvimento, como é o caso do Brasil) que, eliminados os fatores sazonais, historicamente registram um processo de desvalorização. Essa tendência de valorização e de maior estabilidade dos preços turísticos, pode ser explicada pelo crescimento da demanda ao lado da rigidez da oferta a curto e médio prazo, além do que, os produtos turísticos não permitem a formação de "estoques" especulativos (Rabahy, 1990:73). Todo quarto de hotel desocupado se constitui num serviço não consumido e perdido: ele não se acumula.

A maior estabilidade de crescimento verificada nos últimos anos pela atividade turística tem-se constituído num importante argumento econômico para estimular maiores investimentos no setor. No entanto, se a questão do crescimento econômico norteou o rumo do desenvolvimento de muitos países num passado recente, não é o que se constata na atualidade, quando se passou a discutir os

custos ambientais e sociais desse processo, na busca de uma política de valorização do bem-estar, da qual o Turismo é parte integrante, tanto como um fator de recreação e lazer, como já foi sugerido aqui, quanto instrumento de valorização dos recursos naturais e do patrimônio sócio-cultural (Rabahy, 1990:74).

2. IMPACTOS SÓCIO-CULTURAIS

Entre os impactos sócio-culturais do Turismo está a questão da **formação de recursos humanos**, porque o Turismo é basicamente um setor prestador de serviços, em que a mão-de-obra desempenha um papel muito importante. Esse fato é especialmente significativo nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, onde costuma ser elevada a porcentagem de mão-de-obra disponível num mercado em que o ritmo e o nível de desenvolvimento industrial não consegue absorver.

Entretanto, é preciso lembrar que muitas vezes esses mesmos países caracterizam-se por elevadas taxas de analfabetismo e baixos índices e níveis de escolaridade, e que os serviços turísticos requisitam pessoal razoavelmente qualificado. A questão da expansão do Turismo passa, então, aí, pela necessidade de preparação desse pessoal, tarefa da qual podem se encarregar tanto os setores públicos como os privados diretamente interessados. Isso repercutiria, sem dúvida, tanto na melhoria do mercado profissional como na qualidade de vida da população em geral, embora essa relação seja de difícil aferição.

Vale lembrar também, que muitas vezes a expansão da atividade turística em países em desenvolvimento é vinculada a redes internacionais de hotéis, que recorrem à importação de mão-de-obra qualificada, só usando a oferta

local sem muito preparo e sazonalmente. Um elemento agravante desse fenômeno seria o poder de atração sobre populações desocupadas que acabam se concentrando em favelas, intensificam a concorrência e provocam um abaixamento dos salários (Lanquar, 1985:80).

Outro impacto do Turismo a ser discutido é a **questão das mudanças sócio-culturais e de hábitos de consumo**. O fenômeno turístico deve ser analisado como um fator de mudança social, que é definida como um fenômeno coletivo que afeta as condições e os modos de vida ou universo mental dos envolvidos e que pode modificar o aspecto global da sociedade (Lanquar, 1985:64).

As transformações referidas acima podem ser ainda pensadas a partir de zonas emissoras e de zonas receptoras. Em relação às coletividades emissoras, é preciso lembrar, ainda segundo Lanquar, que ao permitir a comparação de culturas diferentes, o Turismo mostra aos membros de uma cultura dominante, que ela é admirada e que se impõe, reforçando-se seus laços de comunidade nacional e política. O turista normalmente não se identifica com o espaço visitado e o tempo de Turismo representa um parêntese dentro das preocupações políticas e sócio-econômicas. As relações humanas estabelecidas pelo Turismo são eventuais, passageiras e esporádicas, e são mais intensas com companheiros de viagens que procedem da mesma área do que com os habitantes locais das zonas receptoras. Um outro dado que poderia ser lembrado em relação às comunidades emissoras, é que se o turista procede de países em desenvolvimento, muitas vezes ele pode passar por uma espécie de processo de aculturação em que desenvolve uma tendência de identificação com a cultura da área visitada, em detrimento da cultura de sua área de origem.

O alcance dos impactos sobre as comunidades receptoras vai depender muito do estágio em que se encontra o desenvolvimento turístico, sendo

tanto mais intenso quanto mais intensa sua aproximação com o Turismo de massa. E, mesmo quando conduzido com muito cuidado, são muitas as dificuldades advindas, podendo-se passar de um estágio de euforia até um antagonismo ostensivo (Lanquar, 1985:75).

Ainda em relação à mesma ordem de problemas, o referido autor comenta que o turista é mais um observador que um ator da cultura visitada (muitas vezes, o turista acaba até enxergando como maravilhoso o esforço de sobrevivência de populações miseráveis), aparecendo como alguém consciente de sua superioridade material e tentado a explicá-la pelo mérito de sua civilização. Quem recebe parece inferior no plano financeiro, porque o turista é levado a fazer gastos ostentatórios (nem que seja só uma vez por ano). Entretanto, em algum tempo, um cuidadoso e persistente trabalho de educação turística pode resultar numa distância crítica que transforme essa relação de inferioridade num nível neutro de comercialização.

Além disso, o Turismo pode provocar também problemas na degradação de certas práticas tradicionais, na arquitetura local (com o uso de materiais e padrões de construção completamente alheios aos da comunidade receptora), na arte e até na religião. Quanto ao banditismo, prostituição e alcoolismo, Lanquar comenta, ainda, que o Turismo não os gera, mas os influencia e expande, muitas vezes pela dificuldade em se encontrar trabalho e pela tentação, principalmente nos países em desenvolvimento, de participar de padrões de consumo próprios de uma sociedade urbano-industrial desenvolvida. Os turistas acabam atuando, assim, como vetores concretos do efeito-demonstração e atingem a hierarquia de valores, os padrões de comportamento e normas de conduta dos visitados. Se isso afeta culturas cujo exotismo se constitui no motivo central de atração dos turistas, então, além de tudo, compromete-se um dos elementos

estruturais da exploração da atividade turística. Além do que, *"embora não relevante, se constitui numa forma de criação de demanda por bens importados, sem envolver gastos promocionais dos países exportadores"* (Rabahy, 1990:78).

Entretanto, nem tudo se pode atribuir ao Turismo. Os meios de comunicação de massa, ou a mídia em geral, provocam nesse sentido um impacto muito mais devastador; sem falar na própria estrutura social desses países, caracterizados normalmente por acentuadas desigualdades sociais, em que elites privilegiadas ostentam um padrão de vida atentatório aos níveis de pobreza de boa parte da população.

Isso tudo pode conduzir a discussão para a questão mundial da possibilidade de aproximação entre os hemisférios Norte e o Sul, ou entre países desenvolvidos e não desenvolvidos. Se por um lado o Turismo estimula essa aproximação, de outro, entretanto, é um fator de agravamento da dependência dentro da lógica do processo de internacionalização da economia, porque processa a desintegração dos sistemas de referência nacionais, desviando investimentos das reais necessidades dos países para o atendimento dos turistas (Lanquar, 1985:84). Além do que, dados estatísticos confirmam que a atividade turística no mundo se constitui basicamente num fluxo de países desenvolvidos para desenvolvidos, confirmando-se que *"o desenvolvimento, por um lado, favorece o turismo, não sendo, de outro, tão evidente que o turismo promove, em si, o desenvolvimento"* (Rabahy, 1990:32).

Entretanto, é o próprio Lanquar (1985:90), quem, citando uma análise da ONU, comenta que os impactos do Turismo, do ponto de vista social e cultural, são globalmente positivos, provocando uma modernização das relações familiares, estimulando a emancipação da mulher e uma liberalização nos contatos entre pais e filhos. Além disso, alarga horizontes, revê certas posturas étnicas, desenvolve artes

populares, museus e as culturas regionais em geral; colabora na preservação de valores culturais, que se constituíram em valores turísticos; pode também melhorar a paisagem com arquitetura moderna, da mesma forma que absorve técnicas de arquitetura local, em função de microclimas, com emprego de matérias-primas do lugar e com construções em harmonia com a natureza. E isso é especialmente significativo em tempos de tão intensas preocupações ecológicas...

Para finalizar este item sobre os impactos sócio-culturais do Turismo, é interessante comentar as sugestões que o mesmo autor apresenta para atenuar os agravantes do contato entre visitantes e visitados e que se concentram na:

- possibilidade de atuação sobre as motivações e os produtos, sensibilizando o turista para aquelas modalidades que estimulem sua inserção no meio receptor, com a criação de produtos que o facilitem e encorajem, como viagens de estudos ou intercâmbio, por exemplo;
- atuação sobre a infraestrutura, orientando as construções segundo os padrões locais de arquitetura e urbanismo;
- instalação de equipamentos polivalentes, de forma a estimular a presença de várias categorias de usuários, e aumentando as possibilidades de reencontro.

Além disso, a comunidade visitada deve ter acesso ou direito ao uso desses equipamentos, cuja finalidade não deve ser unicamente turística. Na verdade, o centro de férias deveria tornar-se uma extensão do complexo lúdico local, gerenciado, se possível, por essa mesma comunidade (aliás, esse envolvimento é uma atitude recomendada por vários estudiosos do fenômeno turístico).

Resta, então, citar a última sugestão de Lanquar e que diz respeito à formação de animadores locais, regionais e rurais, de lazer e guias que desempenhem um papel catalisador e de intermediação entre as especificidades da clientela e do espaço turístico visitado, criando produtos de animação adequados.

3. IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO

Por uma série de fatores a questão ambiental atingiu nos últimos anos o topo das preocupações de organismos internacionais que a difundiram pelo mundo todo, culminando com a realização da ECO-92 no Rio de Janeiro. Por sua própria natureza e pela intensidade de sua expansão, o Turismo não pode se isentar dessas preocupações, porque o ambiente ou a natureza constituem-se muitas vezes no conteúdo principal da oferta que é "*vendida*" aos turistas. Por outro lado, em função mesmo dessa situação, o ambiente acaba sendo alvo de preocupações conservacionistas.

Esse fato é especialmente significativo no caso do Brasil, que praticamente concentra toda sua oferta em destinos onde a natureza constitui-se na principal atração. É o que reconhece, por exemplo, G. Peninou quando afirma que o Brasil é a "*única nação industrializada que ainda guarda muito de mistério, muito de terras inexploradas para fazer sonhar os exploradores e os aventureiros*" (em Cazes, 1989:302).

As condições ambientais são tão importantes, que Mathieson & Wall (1990:123-124) chegam a afirmar que destinos que não disponham de condições apropriadas de clima, geologia, flora e fauna, raras vezes são selecionados para o desenvolvimento do Turismo, e que a criação de comodidades e infraestrutura por

si sós, são insuficientes para que isso ocorra. Outras características, entretanto, podem colaborar nesse sentido, como uma história rica, ou exclusividade de peculiaridades arqueológicas ou culturais.

a) O Conceito de Ambiente

O termo ambiente pode ser definido do ponto de vista da Ecologia, como o conjunto dos fatores físicos - luz e calor -, químicos - oxigênio, carbono, nitrogênio e cerca de trinta ou mais elementos indispensáveis à vida -, biológicos - vegetais, animais, fungos, bactérias etc., que tornam possível a vida de uma espécie animal ou vegetal qualquer e de muitas outras simultaneamente, dependendo de cada ambiente (Branco, 1988:9). Como o ser humano se constitui na espécie animal mais importante que existe na Terra, as preocupações ambientais devem se pautar, primordialmente, pela garantia de sua sobrevivência, na condição mais próxima possível do ideal; como o homem é um ser social que atua eminentemente em grupo, e também a única espécie a gerar cultura, a acumular conhecimento, não importa em que tempo nem em que lugar, a luta pela preservação e conservação da natureza, na verdade, deve-se constituir na luta pela sobrevivência dos vários grupos humanos ou sociedades e de suas respectivas culturas. Ou seja, o termo ambiente, que gerou inicialmente o desenvolvimento destas idéias, deve incluir, então, a interação organizada entre o ar, a água, a terra, a fauna, a flora em espaços específicos e, principalmente, os grupos humanos (e suas respectivas culturas) que aí sobrevivem.

b) Turismo e Ambiente

Como já foi comentado anteriormente, o Turismo também mantém uma estreita relação com o ambiente, seja entendido como o conjunto de fatores que garantem a sobrevivência de uma espécie qualquer, seja entendido nessa visão mais ampla que inclui o homem e sua cultura. Como a questão da relação entre Turismo e sociedade já foi abordada em outros itens, serão comentados agora os impactos que podem ser gerados no espaço físico, embora nunca se perca de vista que o alvo maior das preocupações ambientais deve ser sempre o homem.

Um estudo que explorou com muita propriedade esse tema é o de Mathieson & Wall (1990:121-169) já citado, e que analisa os impactos do Turismo não só sobre o ambiente natural, como sobre o ambiente artificial criado pelo homem. De uma forma ou de outra, entretanto, é sempre preciso considerar (como no caso de outros impactos em geral) o grau de evolução atingido pelo Turismo, que pode ir de um estágio inicial de exploração, passando pelos de participação, desenvolvimento, consolidação, estancamento, declínio e envelhecimento.

Ainda segundo esses mesmos autores, a maioria dos estudos sobre Turismo e ambiente refere-se a um componente ambiental em particular, o que não é muito adequado, já que o ambiente é um sistema que resulta da interação organizada de suas partes. Na verdade, é muito difícil essa tarefa e, no entender de Ross (1990:15-16), não se tem até o momento, métodos cientificamente fundamentados que permitam fixar o grau admissível de intervenção do homem num determinado ambiente; deve-se considerar, ainda, que a natureza tem seus próprios mecanismos de auto-regeneração e que nem toda degradação ambiental atinge níveis catastróficos. Finalmente, pode-se acrescentar que assim como o homem interfere na deterioração do ambiente, pode igualmente interferir no seu

processo de recuperação, embora para isso tenha que enfrentar, muitas vezes, dificuldades de ordem econômica, técnica ou política.

Voltando-se às observações feitas por Mathieson & Wall sobre Turismo e ambiente, deve-se acrescentar, ainda, que é marcante a existência de estudos com ênfase regional, principalmente na Grã-Bretanha e América do Norte; na África tem-se estudado muito a vida selvagem, e no litoral mediterrâneo, a qualidade da água; tem-se pesquisado igualmente ecossistemas especiais como costas, ilhas e montanhas. Disso resulta uma dificuldade muito grande em se comparar tais estudos, na medida em que os ambientes diferem tanto do ponto de vista de sua condição ecológica, como da intensidade e duração da atividade turística. Além disso, a maioria dos trabalhos são recentes e fazem análises da degradação já instalada, sendo por isso muito difícil distinguir entre as transformações geradas pelo Turismo daquelas geradas por outras atividades econômicas e, nem sempre existem informações sobre as condições ambientais anteriores à chegada do fenômeno turístico.

Quanto aos impactos positivos do Turismo, e reunindo o parecer de diferentes autores, Mathieson & Wall relacionam:

- a conservação e a preservação de áreas naturais, sítios arqueológicos e monumentos históricos;
- a divulgação e a criação de condições de acesso a ambientes antes inatingíveis e a geração de renda que financie investimentos nesse processo geral de conservação e de proteção de espécies animais e vegetais.

A divulgação de preocupações ambientais através do Turismo poderia também exercer um papel catalisador em relação a outras atividades econômicas, estimulando posturas conservacionistas. Por outro lado, entre os impactos negativos do Turismo está sua capacidade de reunir temporariamente grandes aglomerados humanos, gerando congestionamento de veículos, excesso de lixo, poluição sonora, do ar e da água; ruptura dos ciclos de vida animal e extinção de plantas frágeis.

Quanto aos **ambientes criados pelo homem**, o Turismo acaba influenciando porque precisa ser complementado com facilidades turísticas e infraestrutura de apoio, que devem ser consideradas a partir do crescimento e da forma dos centros turísticos (estes podem ser exclusivamente turísticos ou combinar-se com outras atividades econômicas, como na maioria das capitais), do desenvolvimento dos hotéis nas cidades e do crescimento de residências secundárias de lazer e recreação. De uma forma geral, os impactos mais significativos nesse sentido são resumidos por Mathieson & Wall (1990:155-156) em:

- contaminação arquitetônica;
- formação de uma franja de edifícios na praia;
- sobrecarga de infraestrutura;
- segregação da população local e congestionamento de tráfego, gerando-se conflito entre pedestres e automóveis;
- uso do espaço.

Entre as soluções citadas estão:

- a escolha de locais corretos para a construção de hotéis de forma a permitir a revitalização de áreas decadentes da cidade;
- a redução do fluxo de Turismo urbano, direcionando-se os processos de divulgação para áreas não ameaçadas pelo congestionamento;
- o estabelecimento de impostos sobre hotéis e outros alojamentos turísticos, elevando-se o custo de permanência em certos destinos e desestimulando-se a vinda de turistas.

A questão do uso do espaço para a construção de residências secundárias de lazer e recreação apresenta algumas peculiaridades a merecer, em outra ocasião, um tratamento específico e aprofundado, já que se vincula diretamente com o processo de especulação imobiliária, responsável pelo desalojamento da população local que, muitas vezes, perde com sua terra, seu instrumento principal de sobrevivência.

c) Turismo e Ambiente nos Países Subdesenvolvidos

De todas essas colocações à propósito da relação entre Turismo e ambiente pode-se, num sentido geral, considerar que é muito mais fácil e econômico prevenir do que corrigir e recuperar um quadro ambiental deteriorado (Ross, 1990:16) e para garantia dessa prevenção é que a legislação brasileira avançou muito na questão da proteção ambiental, seja por disposições introduzidas na atual Constituição, seja através do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, criado em agosto de 1981, e que tem autoridade sobre órgãos federais,

estaduais, municipais e entidades privadas para exigir o EPIA - Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo RIMA - Relatório de Impacto Ambiental; ambos são recomendados para empreendimentos de grande porte (os casos mais simples e rotineiros devem ser licenciados conforme a tradição determina), e devem ser elaborados por equipe multidisciplinar e divulgados ao público (Custódio, em Tauk, 1991:37-54). Pode-se finalizar este parágrafo com algumas palavras-chave da relação Turismo e ambiente: planejamento e prevenção mediados por equipes multidisciplinares.

Finalmente, resta comentar uma particularidade dessa relação, a partir da perspectiva dos **países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento**, que normalmente se constituem em alvo de condenação internacional no que diz respeito à degradação ambiental provocada pelas atividades econômicas em geral, e pelo Turismo em particular. É o que comenta Alvarez (1989:32-33), afirmando que a atividade turística tem uma importante base de sustentação na atuação dos grandes investimentos do setor e na cumplicidade da administração pública. De um lado, os investidores buscam o retorno do capital no menor tempo possível, usando o maior poder de atração dos espaços naturais; de outro, as autoridades locais temem tomar decisões que limitem as iniciativas turísticas. A conjugação desses dois fatores somada ao despreparo das atitudes dos turistas acabam sendo extremamente prejudiciais ao meio ambiente. Sem contar a condição de miséria e ignorância a que estão relegadas grandes parcelas da população desses países, agravando ainda mais a condição ambiental que afeta diretamente sua qualidade de vida.

Usou-se como eixo norteador das idéias desenvolvidas neste item, o conceito de ambiente como conjunto de fatores organizados sistematicamente de modo a garantir a sobrevivência da espécie animal mais importante do planeta: o

homem. E, ao que se saiba, o ser humano não pode sobreviver pairando sobre a superfície terrestre; ele depende da exploração dos recursos ambientais, de sua transformação e de sua destruição parcial, que por isso deve ser controlada. Perceber o ambiente como uma entidade viva em contínua interação e com limites à capacidade de absorção das transformações é, sem dúvida, o principal mérito de toda discussão em torno da questão ecológica na atualidade. Só não se pode esquecer que lutar pela preservação de certos espaços naturais é lutar pela manutenção e pela valorização da comunidade humana que ali vive. O Turismo deve se constituir numa atividade centrada no homem, no ser humano, no enriquecimento cultural do turista, através do fortalecimento cultural de quem o recebe.

CAPÍTULO V

UM ESTUDO DE AVALIAÇÃO: OS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO TURISMO

1. OBJETO E OBJETIVOS

A partir do tema central do trabalho, que é a análise de alguns impactos sócio-econômicos da atividade turística, sobre municípios paulistas, busca-se verificar se o Turismo é uma importante atividade econômica que gera renda, emprego e outros benefícios sócio-econômicos. Renda para a população e para as administrações estaduais/municipais, que será avaliada pela arrecadação de impostos, nas respectivas esferas. Quanto aos empregos, objetiva-se verificar a capacidade do Turismo em gerar mais intensivamente empregos diretos e indiretos por indicadores "*proxies*" do setor terciário da economia, qual seja, comércio e serviços.

Além disso, pretende-se constatar também que o Turismo gera uma melhor qualidade de vida para a população receptora, usando-se como indicadores o índice de terminais telefônicos por habitantes, o número de consumidores residenciais de energia elétrica, o consumo de energia elétrica "*per capita*" e a própria renda "*per capita*".

Em relação à arrecadação de impostos, serão pesquisados principalmente o IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e o ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, as duas principais fontes próprias de arrecadação municipal. Dada a importância do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, no exercício do comércio em geral, também este imposto será incluído

na pesquisa, porque se constitui num impacto direto gerado pelo Turismo (Rezende, 1991:85-86).

Com vistas a possibilitar uma avaliação das diferentes condições propiciadas pelo Turismo relativamente a outras atividades econômicas, serão constituídos dois grupos de municípios para análises comparativas: um **grupo de estudo**, caracterizado pelos municípios turísticos, e outro, **grupo controle**, composto por municípios semelhantes, no que tange à população, à localização na mesma região e à igual distância relativa da capital, considerados fatores discriminadores nesta pesquisa. Naturalmente, esse procedimento não permitiu o perfeito **emparelhamento** buscado. Afora o fator causal Turismo, especialmente para as estâncias balneárias, de características intrinsecamente diferenciadas, tem-se as peculiaridades de alguns municípios do grupo de controle, que apresentam elevada importância no setor terciário, resultante do crescimento de seu setor industrial, como são os casos de Cubatão, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Os dados serão levantados, portanto, tanto para as Estâncias do Estado de São Paulo (Grupo de Estudo), quanto para os municípios "emparelhados", segundo as características referidas - Grupo Controle -, representando ao todo oitenta e oito localidades.

O estudo pretende responder às seguintes questões mais objetivas:

- Que espécie de impactos a atividade turística provoca sobre as finanças, a arrecadação própria do município?
- Como se comporta a População Economicamente Ativa (PEA) no conjunto dos municípios escolhidos?

■ Como se diferenciam tais fatores entre os grupos e entre estâncias definidas preferencialmente como receptores de fluxo turístico sedentário-residencial (onde predominam residências secundárias) e as de fluxo turístico de estada? Ou mesmo de fluxo turístico itinerante?

■ Será possível, a partir deste estudo, estabelecer alguns parâmetros que permitam caracterizar cada um dos núcleos receptores acima relacionados?

É o que o desenvolvimento da pesquisa vai procurar responder, de modo a permitir que seja verificado se o Turismo constitui-se numa importante atividade social e econômica, geradora de emprego e de renda para a população, para os municípios e para o Estado (como unidade político-administrativa do país).

2. GRUPO DE ESTUDO: AS ESTÂNCIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Como já foi comentado no início deste trabalho, a escolha desse grupo recaiu sobre as estâncias do Estado de São Paulo, porque reúne municípios que mantêm, clara ou remotamente falando, uma relação com o Turismo e ainda não havia sido submetido a um estudo semelhante.

Já se afirmou, também, que o conjunto das estâncias caracteriza-se por algumas restrições que dizem respeito à sua instrumentalização política, já que durante algum tempo (até 1988), tiveram seus prefeitos nomeados, além da dotação orçamentária especial que continuam recebendo do governo do Estado, e que é especialmente significativa para os municípios muito pequenos.

O termo **estância**, que o próprio dicionário registra como lugar de repouso, é *"a denominação oficial adotada no Brasil e que corresponde, na milenar Europa, às 'estações', naquele continente classificadas em termais ou hidrominerais, climáticas e balneárias"* (Pupo, 1974:35).

O uso das águas minerais, no Brasil, ainda segundo o mesmo autor, data de 1813, quando foi descoberta, em Santa Catarina, uma fonte denominada Caldas de Imperatriz, que hoje pertence ao município de Santo Amaro da Imperatriz.

De uma forma ou de outra, entretanto, o termo estância sempre esteve associado à questão da saúde e do repouso e, posteriormente, ao Turismo, pelos deslocamentos e infraestrutura que implicam no atendimento coletivo e público desses objetivos.

A partir de informações da própria Secretaria de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, as estâncias são *"municípios privilegiados que, além de recursos naturais específicos, clima benéfico e paisagens notáveis, oferecem atrativos de caráter permanente, com valor histórico, artístico ou religioso"* (SEST, Estâncias: Introdução).

3. CLASSIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ESTÂNCIAS

As estâncias classificam-se em balneárias, climáticas e hidrominerais, a partir das seguintes pré-condições firmadas pelo Decreto nº 20, de 13 de julho de 1972:

■ **Estância balneária:** o município deve possuir praia para o mar, não se considerando como tal, orla marítima constituída exclusivamente de rocha viva.

■ **Estância climática:** deve existir no município um posto meteorológico instalado e em funcionamento ininterrupto durante pelo menos três anos, operado por entidades especializadas oficiais, cujos resultados médios se enquadrem dentro das seguintes características:

- Temperatura média das mínimas no verão, até 20°C;
- Temperatura média das máximas no verão, até 25°C;
- Temperatura média das mínimas no inverno, até 18°C;
- Umidade relativa média anual até 60%, admitida a variação, para menos, de 10% do resultado obtido no local;
- Número anual de horas de insolação superior a duas mil.

■ **Estância hidromineral:** é necessária a localização no município de fonte de água mineral, natural ou artificialmente captada, devidamente localizada por decreto de concessão de lavra expedido pelo Governo Federal, com vazão mínima de 96.000 litros por vinte e quatro horas. Além disso, o município deve possuir também um balneário de uso público para tratamento crenoterápico (tratamento pelas águas minerais) segundo a natureza das águas e de acordo com outros padrões fixados pelo mesmo regulamento em questão.

Além desses requisitos mínimos, o mesmo decreto determina que as estâncias devem oferecer também atrativos turísticos e condições para tratamento de saúde, dentro do seguinte padrão mínimo indispensável de salubridade ambiental:

- águas de qualquer natureza, de uso público, e que não excedam padrões de contaminação e níveis mínimos de poluição;
- a existência de abastecimento regular de água potável, capaz de atender às populações fixa e flutuante no município, mesmo nos períodos de maior afluxo de turistas;
- ar atmosférico cuja composição ou propriedades não estejam alteradas pela existência de poluentes, de maneira a torná-lo impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde.

Quanto às **estâncias turísticas**, elas foram regulamentadas pelo Decreto nº 11.022, de 28 de dezembro de 1977, que estabelece como requisito mínimo, a existência de atrativos de natureza histórica, artística ou religiosa, ou de recursos naturais e paisagísticos. Além disso, deve oferecer condições para o lazer, dentro do seguinte padrão indispensável de atendimento e salubridade ambiental:

- águas de qualquer natureza, de uso público, e que não excedam padrões de contaminação e níveis mínimos de poluição;
- abastecimento regular de água potável, sistema de coleta e disposição de esgotos sanitários e de resíduos sólidos, capazes de atender às populações fixa e flutuante no município, mesmo nas épocas de maior afluxo de turistas;
- ar atmosférico, cuja composição ou propriedades não estejam alteradas pela existência de poluentes, de maneira a torná-lo impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde;
- rede hoteleira para atendimento da demanda turística;

- áreas para lazer e recreação, jardins ou bosques para passeio público.

Em setembro de 1993, as estâncias perfaziam um total de 44, sendo acrescidas, em dezembro do mesmo ano, de mais dois municípios - Bertoga e Tremembé* -, não incluídos neste trabalho em função do adiantado da pesquisa. O **Grupo de Estudo** é composto, portanto, de **44** (quarenta e quatro) localidades.

a) Relação das Estâncias

É a seguinte a relação das estâncias oficiais (em setembro de 1993) e respectivos anos de elevação à condição de estância:

■ Balneárias

1. Cananéia - 1948
2. Caraguatatuba - 1947
3. Guarujá - 1948
4. Iguape - 1948
5. Ilha Bela - 1948
6. Itanhaém - 1948
7. Mongaguá - 1977
8. Peruíbe - 1974
9. Praia Grande - 1979
10. Santos - 1979
11. São Sebastião - 1948
12. São Vicente - 1977
13. Ubatuba - 1948

(*) O município de Tremembé já havia sido escolhido como município-contraste antes de sua regulamentação como estância; por esse motivo e pelo adiantado da pesquisa, não foi excluído do grupo.

■ Turísticas

14. Aparecida - 1978
15. Bananal - 1987
16. Barra Bonita - 1979
17. Embu - 1979
18. Ibitinga - 1992
19. Itu - 1979
20. Presidente Epitácio - 1990
21. São Pedro - 1979
22. São Roque - 1990

■ Hidrominerais

23. Águas de Lindóia - 1936
24. Águas da Prata - 1926
25. Águas de Santa Bárbara - 1945
26. Águas de São Pedro - 1940
27. Amparo - 1945
28. Atibaia - 1945
29. Campos do Jordão - 1926
30. Ibirá - 1940
31. Lindóia - 1970
32. Monte Alegre do Sul - 1964
33. Poá - 1970
34. Serra Negra - 1945
35. Socorro - 1945

■ Climáticas

36. Analândia - 1966
37. Bragança Paulista - 1964
38. Caconde - 1966
39. Campos Novos Paulista - 1955
40. Cunha - 1948
41. Nuporanga - 1962
42. Santa Rita do Passa Quatro - 1950
43. Santo Antonio do Pinhal - 1967
44. São Bento do Sapucaí - 1967

b) Mapa de Localização das Estâncias

Apresenta-se, a seguir, um mapa com a localização das estâncias.

Estado de São Paulo — Estâncias (setembro/1993)

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico

4. A ESCOLHA DO GRUPO DE CONTROLE

Como o objetivo deste trabalho é avaliar impactos econômico-financeiros do Turismo sobre municípios paulistas, a partir da definição da amostra: estâncias oficiais do Estado de São Paulo, selecionaram-se quarenta e quatro municípios do mesmo Estado, que pudessem servir de parâmetro para as comparações necessárias e que, no decorrer da pesquisa (inclusive na apresentação dos dados), foram identificados como **municípios-contraste** ou simplesmente **contrastes**.

A escolha dos **municípios-contraste** obedeceu aos seguintes critérios:

a) Tamanho da população equivalente segundo classificação do IBGE (Brasil: Uma visão geográfica dos anos 80, 1988:26) nas seguintes faixas:

- até 20.000 habitantes
- de 20.001 a 100.000 habitantes
- de 100.001 a 500.000 habitantes

b) Localização numa mesma região de forma a buscar igualdade de condições geográficas de acesso e de distância em relação à capital de São Paulo.

c) Período de mais de 10 anos de autonomia administrativa ou de elevação à condição de município.

Várias limitações foram encontradas na tentativa de se atender a esses padrões de escolha; em primeiro lugar, nem sempre foi possível manter um tamanho de população equivalente. O mesmo se pode dizer também quanto a aspectos geográficos e de distâncias em relação à capital paulista que, em alguns casos (o par: Itanhaém e Itapequerica da Serra, por exemplo), chegou a quase

quatro vezes de diferença. Além disso, as estâncias balneárias que se constituem num sub-grupo bastante característico só puderam ser comparadas com municípios não praianos. Finalmente, foram buscados diferentes padrões regionais para se tentar uniformizar o critério de classificação das estâncias e seus respectivos contrastes, neste ou naquele tipo de região: Administrativa, de Governo, Mesorregião ou Microrregião. Mais uma vez, sem sucesso, como se pode constatar nos **Quadros I e II**. De uma forma ou de outra, entretanto, conseguiu-se uma relativa uniformidade, o que garante a validade dos resultados da pesquisa. Além disso, muitas vezes, as técnicas estatísticas foram aplicadas por grupo (estância e contraste) e para o conjunto todo de oitenta e oito municípios (quando a disponibilidade de dados o permitiu), o que diluiu um pouco mais os impactos das limitações já referidas.

Segundo o IBGE, a **Mesorregião** constitui-se numa área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões deverão permitir que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional, e esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou.

Já as **Microrregiões** são definidas como partes das mesorregiões, apresentando especificidades quanto à organização do espaço. Isso não significa, entretanto, que elas sejam uniformes, auto-suficientes ou únicas. As especificidades referem-se à estrutura de produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca; por sua vez, a estrutura de produção refere-se à produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais.

QUADRO I

Estâncias e Contrastes - Distância da Capital, Regiões Administrativas e de Governo.

<u>Hidrominerais</u>	Distância em Km da Capital	Região Administra- tiva	Região de Governo	Contrastes	Distância em Km da Capital	Região Administra- tiva	Região de Governo
1. Águas de Lindóia	166	Campinas	Bragança Paulista	Bom Jesus dos Perdões	84	Campinas	Bragança Paulista
2. Águas da Prata	238	Campinas	São João Boa Vista	Itobi	248	Campinas	São João Boa Vista
3. Águas de Santa Bárbara	296	Sorocaba	Avaré	Arandu	276	Sorocaba	Avaré
4. Águas de S. Pedro	169	Campinas	Piracicaba	Mombuca	130	Campinas	Piracicaba
5. Amparo	130	Campinas	Bragança Paulista	Mogi-Mirim	161	Campinas	Campinas
6. Atibaia	63	Campinas	Bragança Paulista	Itatiba	86	Campinas	Jundiaí
7. Campos do Jordão	168	São José dos Campos	São José dos Campos	Tremembé	139	São José dos Campos	São José dos Campos
8. Ibirá	415	São José do Rio Preto	São José do R. Preto	Neves Paulista	469	São José do Rio Preto	São José do R. Preto
9. Lindóia	164	Campinas	Bragança Paulista	Pedra Bela	111	Campinas	Bragança Paulista
10. Monte Alegre do Sul	142	Campinas	Bragança Paulista	Pinhalzinho	102	Campinas	Bragança Paulista
11. Poá	34	São Paulo	São Paulo	Ferraz de Vasconcelos	27	São Paulo	São Paulo
12. Serra Negra	150	Campinas	Bragança Paulista	Piracaia	90	Campinas	Bragança Paulista
13. Socorro	136	Campinas	Bragança Paulista	Itapira	166	Campinas	Campinas
<u>Climáticas</u>							
1. Analândia	221	Campinas	Rio Claro	Corumbataí	216	Campinas	Rio Claro
2. Bragança Paulista	83	Campinas	Bragança Paulista	Mogi-Guaçu	172	Campinas	Campinas
3. Caconde	291	Campinas	São João da B. Vista	Divinolândia	291	Campinas	São João da B. Vista
4. Campos Novos Paulista	433	Marília	Assis	Ibirarema	405	Marília	Assis
5. Cunha	218	São José dos Campos	Guaratininguetá	Cachoeira Paulista	207	São José dos Campos	Guaratininguetá
6. Nuporanga	375	Franca	S. Joaquim da Barra	Sales Oliveira	342	Franca	S. Joaquim da Barra
7. Santa Rita do Passa Quatro	249	Central	S. Carlos	Descalvado	287	Central	S. Carlos
8. Santo Antonio do Pinhal	146	São José dos Campos	São José dos Campos	Lagoinha	193	São José dos Campos	São José dos Campos
9. São Bento do Sapucaí	160	São José dos Campos	São José dos Campos	Natividade da Serra	183	São José dos Campos	São José dos Campos

QUADRO I (Continuação)

Estâncias e Contrastes - Distância da Capital, Regiões Administrativas e de Governo.

<u>Balneárias</u>	Distância em Km da Capital	Região Administra- tiva	Região de Governo	Contrastes	Distância em Km da Capital	Região Administra- tiva	Região de Governo
1. Cananéia	255	Registro	Registro	Barra do Turvo	400	Registro	Registro
2. Caraguatatuba	166	São José dos Campos	Caraguata- tuba	Caçapava	110	São José dos Campos	São José dos Campos
3. Guarujá	81	Santos	Santos	São Caetano do Sul	11	São Paulo	São Paulo
4. Iguape	193	Registro	Registro	Registro	189	Registro	Registro
5. Ilhabela	195	São José dos Campos	Caraguata- tuba	Paraibuna	128	São José dos Campos	São José dos Campos
6. Itanhaém	112	Santos	Santos	Itapecerica da Serra	33	São Paulo	São Paulo
7. Mongaguá	92	Santos	Santos	Juquitiba	70	São Paulo	São Paulo
8. Peruíbe	145	Santos	Santos	Miracatu	138	Registro	Registro
9. Praia Grande	68	Santos	Santos	Cubatão	51	Santos	Santos
10. Santos	65	Santos	Santos	São Bernardo do Campo	20	São Paulo	São Paulo
11. São Sebastião	188	São José dos Campos	Caraguata- tuba	Santa Isabel	68	São Paulo	São Paulo
12. São Vicente	62	Santos	Santos	Diadema	17	São Paulo	São Paulo
13. Ubatuba	214	São José dos Campos	Caraguata- tuba	Lorena	190	São José dos Campos	Guaratín- guetá
<u>Turísticas</u>							
1. Aparecida	171	São José dos Campos	Guaratín- guetá	Cruzeiro	220	São José dos Campos	Cruzeiro
2. Bananal	314	São José dos Campos	Cruzeiro	Queluz	233	São José dos Campos	Cruzeiro
3. Barra Bonita	305	Bauru	Jaú	Bariri	321	Bauru	Jaú
4. Embu	26	São Paulo	São Paulo	Taboão da Serra	15	São Paulo	São Paulo
5. Ibitinga	340	Central	Araraquara	Itápolis	359	Central	Araraquara
6. Itu	94	Sorocaba	Sorocaba	Salto	100	Sorocaba	Sorocaba
7. Presidente Epitácio	657	Presidente Prudente	Presidente Prudente	Presidente Venceslau	619	Presidente Prudente	Presidente Prudente
8. São Pedro	174	Campinas	Piracicaba	Rio das Pedras	143	Campinas	Piracicaba
9. São Roque	60	Sorocaba	Sorocaba	Ibiúna	74	Sorocaba	Sorocaba

Fonte: Para a distância em Km da Capital utilizou-se o Guia do Estado de São Paulo, Editora Abril, 1990 e, para Região Administrativa e Região de Governo foi usado o "Perfil Municipal", SEADE, 1993.

QUADRO II

Estâncias e Contrastes - Microrregião e Mesorregião Geográficas.

<u>Hidrominerais</u>	Microrregião Geográfica	Mesorregião Geográfica	Contrastes	Microrregião Geográfica	Mesorregião Geográfica
1. Águas de Lindóia	Amparo	Campinas	Bom Jesus dos Perdões	Bragança Paulista	Macro Metropolitana Paulista
2. Águas da Prata	São João da Boa Vista	Campinas	Itobi	São João da Boa Vista	Campinas
3. Águas de Santa Bárbara	Avaré	Bauru	Arandu	Avaré	Bauru
4. Águas de S. Pedro	Piracicaba	Piracicaba	Mombuca	Piracicaba	Piracicaba
5. Amparo	Amparo	Campinas	Mogi-Mirim	Mogi Mirim	Campinas
6. Atibaia	Bragança Paulista	Macro Metrop. Paulista	Itatiba	Bragança Paulista	Macro Metropolitana Paulista
7. Campos do Jordão	Campos do Jordão	Vale do Paraíba ba Paulista	Tremembé	São José dos Campos	Vale do Paraíba Paulista
8. Ibirá	São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Neves Paulista	Nhandeara	São José do Rio Preto
9. Lindóia	Amparo	Campinas	Pedra Bela	Amparo	Campinas
10. Monte Alegre do Sul	Amparo	Campinas	Pinhalzinho	Amparo	Campinas
11. Poá	Mogi das Cruzes	Metropolitana Paulista	Ferraz de Vasconcelos	Mogi das Cruzes	Metropolitna de São Paulo
12. Serra Negra	Amparo	Campinas	Piracaia	Bragança Paulista	Macro Metropolitana Paulista
13. Socorro	Amparo	Campinas	Itapira	Mogi Mirim	Campinas
<u>Climáticas</u>					
1. Analândia	São Carlos	Araraquara	Corumbataí	Rio Claro	Piracicaba
2. Bragança Paulista	Bragança Paulista	Macro Metrop. Paulista	Mogi-Guaçu	Mogi Mirim	Campinas
3. Caconde	São João da Boa Vista	Campinas	Divinolândia	São João da Boa Vista	Campinas
4. Campos Novos Paulista	Assis	Assis	Ibirarema	Assis	Assis
5. Cunha	Paraibuna/ Paraitinga	Vale do Paraíba ba Paulista	Cachoeira Paulista	Guaratinguetá	Vale do Paraíba Paulista
6. Nuporanga	São Joaquim da Barra	Ribeirão Preto	Sales Oliveira	São Joaquim da Barra	Ribeirão Preto
7. Santa Rita do Passa Quatro	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	Descalvado	São Carlos	Araraquara
8. Santo Antonio do Pinhal	Campos do Jordão	Vale do Paraíba ba Paulista	Lagoinha	Paraibuna/ Paraitinga	Vale do Paraíba Paulista
9. São Bento do Sapucaí	Campos do Jordão	Vale do Paraíba ba Paulista	Natividade da Serra	Paraibuna/ Paraitinga	Vale do Paraíba Paulista

QUADRO II (Continuação)

Estâncias e Contrastes - Microrregião e Mesorregião Geográficas.

<u>Balneárias</u>	Microrregião Geográfica	Mesorregião Geográfica	Contrastes	Microrregião Geográfica	Mesorregião Geográfica
1. Cananéia	Registro	Litoral Sul Paulista	Barra do Turvo	Registro	Litoral Sul Paulista
2. Caraguatatuba	Caraguatatuba	Vale do Paraíba Paulista	Caçapava	São José dos Campos	Vale do Paraíba Paulista
3. Guarujá	Santos	Metropolitana de São Paulo	São Caetano do Sul	São Paulo	Metropolitana de São Paulo
4. Iguape	Registro	Litoral Sul Paulista	Registro	Registro	Litoral Sul Paulista
5. Ilhabela	Caraguatatuba	Vale do Paraíba Paulista	Paraibuna	Paraibuna/Paraitinga	Vale do Paraíba Paulista
6. Itanhaém	Itanhaém	Litoral Sul Paulista	Itapecerica da Serra	Itapecerica da Serra	Metropolitana de São Paulo
7. Mongaguá	Itanhaém	Litoral Sul Paulista	Juquitiba	Itapecerica da Serra	Metropolitana de São Paulo
8. Peruíbe	Itanhaém	Litoral Sul Paulista	Miracatu	Registro	Litoral Sul Paulista
9. Praia Grande	Santos	Metropolitana de São Paulo	Cubatão	Santos	Metropolitana de São Paulo
10. Santos	Santos	Metropolitana de São Paulo	São Bernardo do Campo	São Paulo	Metropolitana de São Paulo
11. São Sebastião	Caraguatatuba	Vale do Paraíba Paulista	Santa Isabel	Guarulhos	Metropolitana de São Paulo
12. São Vicente	Santos	Metropolitana de São Paulo	Diadema	São Paulo	Metropolitana de São Paulo
13. Ubatuba	Caraguatatuba	Vale do Paraíba Paulista	Lorena	Guaratinguetá	Vale do Paraíba Paulista
<u>Turísticas</u>					
1. Aparecida	Guaratinguetá	Vale do Paraíba Paulista	Cruzeiro	Guaratinguetá	Vale do Paraíba Paulista
2. Bananal	Bananal	Vale do Paraíba Paulista	Queluz	Guaratinguetá	Vale do Paraíba Paulista
3. Barra Bonita	Jaú	Bauru	Bariri	Jaú	Bauru
4. Embu	Itapecerica da Serra	Metropolitana de São Paulo	Taboão da Serra	Itapecerica da Serra	Metropolitana de São Paulo
5. Ibitinga	Araraquara	Araraquara	Itápolis	Araraquara	Araraquara
6. Itu	Sorocaba	Macro Metrop. Paulista	Salto	Sorocaba	Macro Metropolitana Paulista
7. Presidente Epitácio	Presidente Prudente	Presidente Prudente	Presidente Venceslau	Presidente Prudente	Presidente Prudente
8. São Pedro	Piracicaba	Piracicaba	Rio das Pedras	Piracicaba	Piracicaba
9. São Roque	Sorocaba	Macro Metrop. Paulista	Ibiúna	Piedade	Macro Metropolitana Paulista

Fonte: IBGE, Boletim de Serviço nº 1763, 1989, mimeo.

5. RELAÇÃO DAS ESTÂNCIAS E SEUS CONTRASTES

Cada estância foi, então, associada a um município-contraste, constituindo-se pares, cuja relação completa é apresentada a seguir.

QUADRO III

Estâncias hidrominerais, climáticas e respectivos contrastes. População Total em 1990 e Ano de Emancipação.

<u>Hidrominerais</u>	População Total ¹ 1990	Ano de Emancipação ²	Contrastes	População Total ¹ 1990	Ano de Emancipação ²
1. Águas de Lindóia	11.676	1938	Bom Jesus dos Perdões	9.508	1959
2. Águas da Prata	6.591	1935	Itobi	6.673	1959
3. Águas de Santa Bárbara	5.890	1876	Arandu	5.447	1964
4. Águas de S.Pedro	1.620	1948	Mombuca	2.602	1964
5. Amparo	49.635	1857	Mogi-Mirim	63.168	1769
6. Atibaia	82.727	1769	Itatiba	59.160	1857
7. Campos do Jordão	35.762	1934	Tremembé	26.367	1896
8. Ibirá	8.688	1921	Neves Paulista	8.274	1944
9. Lindóia	4.020	1964	Pedra Bela	5.102	1964
10. Monte Alegre do Sul	5.374	1948	Pinhalzinho	8.167	1964
11. Poá	73.491	1948	Ferraz de Vasconcelos	90.602	1954
12. Serra Negra	21.177	1859	Piracaia	18.462	1859
13. Socorro	29.939	1871	Itapira	55.605	1858
<u>Climáticas</u>					
1. Analândia	2.938	1897	Corumbataí	3.118	1948
2. Bragança Paulista	105.832	1797	Mogi-Guaçu	103.343	1877
3. Caconde	17.187	1864	Divinolândia	11.688	1954
4. Campos Novos Paulista	3.993	1948	Ibirarema	5.429	1944
5. Cunha	23.168	1785	Cachoeira Paulista	22.867	1880
6. Nuporanga	5.713	1926	Sales Oliveira	7.497	1944
7. Santa Rita do Passa Quatro	23.788	1885	Descalvado	25.133	1865
8. Santo Antonio do Pinhal	5.362	1959	Lagoinha	4.622	1880
9. São Bento do Sapucaí	8.779	1858	Natividade da Serra	6.513	1863

QUADRO III (Continuação)

Estâncias balneárias, turísticas e respectivos contrastes. População Total em 1990 e Ano de Emancipação.

<u>Balneárias</u>	População Total 1990	Ano de Emancipação	Contrastes	População Total 1990	Ano de Emancipação
1. Cananéia	9.682	1600	Barra do Turvo	6.824	1964
2. Caraguatatuba	50.569	1857	Caçapava	64.255	1855
3. Guarujá	202.910	1934	São Caetano do Sul	150.818	1948
4. Iguape	27.401	1635	Registro	47.856	1944
5. Ilhabela	12.797	1805	Paraibuna	14.814	1832
6. Itanhaém	43.581	1561	Itapecerica da Serra	88.844	1877
7. Mongaguá	17.729	1959	Juquitiba	18.936	1964
8. Peruíbe	31.023	1959	Miracatu	18.808	1938
9. Praia Grande	115.710	1964	Cubatão	89.763	1948
10. Santos	427.813	1545	São Bernardo do Campo	550.164	1889
11. São Sebastião	31.770	1636	Santa Isabel	36.937	1832
12. São Vicente	259.808	1532	Diadema	296.276	1959
13. Ubatuba	44.683	1637	Lorena	71.399	1788
<u>Turísticas</u>					
1. Aparecida	32.907	1928	Cruzeiro	67.452	1871
2. Bananal	11.329	1832	Queluz	7.619	1842
3. Barra Bonita	29.814	1912	Bariri	24.013	1890
4. Embu	148.207	1959	Taboão da Serra	151.949	1959
5. Ibitinga	37.197	1890	Itápolis	32.253	1891
6. Itu	103.129	1654	Salto	68.218	1889
7. Presidente Epitácio	34.291	1948	Presidente Venceslau	35.490	1926
8. São Pedro	19.198	1881	Rio das Pedras	18.407	1894
9. São Roque	61.993	1832	Ibiúna	46.941	1857

Fonte: SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Perfil Municipal. 1980-91. São Paulo: SEADE, 1993, 8 volumes.

(1) População Total: refere-se à população residente, ajustada para 1º de julho de cada ano, considerando-se a taxa de crescimento observada entre 1980 e 1991, baseada na Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991, divulgada em outubro de 1992. Não foram considerados aqui os desmembramentos que originaram novos municípios em 1990.

(2) Ano de Emancipação: refere-se ao ano em que a cidade passou da categoria de distrito para município.

Mapa da localização das estâncias e seus respectivos contrastes

6. DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Para os municípios da amostra, foram selecionadas variáveis que permitissem avaliar impactos sócio-econômicos do Turismo. Os dados foram coletados junto ao SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisa da Administração Municipal). Esses dados foram colhidos para o ano de 1990, algumas vezes através de estimativas (como será oportunamente especificado) e, somente as informações relativas ao percentual de domicílios de uso ocasional foram obtidas através de dados preliminares do Censo Demográfico de 1991, pela quebra de periodicidade do último Censo.

Como este trabalho se caracteriza como um estudo exploratório, foram escolhidas múltiplas variáveis para se tentar chegar àquelas que permitissem uma avaliação dos impactos sócio-econômicos do Turismo, dentro dos limites da amostra. Na maior parte dos casos, os dados foram expressos em termos "*per capita*", de forma a tornar comparáveis sob esse aspecto os indicadores selecionados.

a) Códigos para as Variáveis

Para permitir o tratamento estatístico e facilitar o processo de análise, a denominação das variáveis foi simplificada a códigos que são a seguir explicitados:

1. IPTU "per capita" (IPTU-POP): Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
2. ISS "per capita" (ISS-POP): Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

3. ICMS "per capita" (ICMS-POP): Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
4. Receita Municipal Total "per capita" (RECMUN-P).
5. Receita Municipal Própria "per capita" (RECMUNP1).
6. Valor Adicionado "per capita" (VALORAD1).
7. Percentual de Pessoal Ocupado em Comércio em Relação à População Total ((%-OCUPCO).
8. Percentual do Pessoal Ocupado em Serviços em Relação à População Total (%-OCUPSER).
9. Percentual do Pessoal Ocupado em Relação à População Total (% OCUP-PO).
10. Percentual do Pessoal Ocupado em Comércio e Serviços em Relação à População Total (% OCUPCO1).
11. Percentual do Pessoal Ocupado em Comércio e Serviços em Relação ao Total de Pessoal Ocupado (% OCUPCO2).
12. Percentual das Transferências Estaduais na Receita Disponível dos Municípios (% TRANSES).
13. Percentual das Transferências Federais na Receita Disponível dos Municípios (% TRANSFE).
14. Percentual do IPTU na Receita Disponível dos Municípios (%IPTU).
15. Percentual do ISS na Receita Disponível dos Municípios (%ISS).

16. Percentual do IPTU + ISS na Receita Disponível dos Municípios (%IPTUISS).
17. Totais da Arrecadação de IPTU, ISS e ICMS "per capita", somados (INDTOT-N).
18. Participação Relativa do IPTU "per capita" sobre o Total do IPTU, ISS e ICMS "per capita" (IPTU-IND).
19. Participação Relativa do ICMS "per capita" sobre o Total do IPTU + ISS + ICMS "per capita" (ICMS-IND).
20. Percentual de Domicílios do Uso Ocasional (Residência Secundária) sobre o TOTAL de Domicílios (DOM-OC).
21. Percentual de Consumidores Residenciais de Energia Elétrica em Relação à População Total (CONSUMID).
22. Percentual da População Urbana em Relação à População Total (POPURB).
23. Terminais Telefônicos por Mil Habitantes (TELEFONE).
24. Percentual do Consumo Residencial de Energia Elétrica em Relação ao Consumo Total (CONS-RES).
25. Percentual do Consumo Comercial de Energia Elétrica em Relação ao Consumo Total (CONS-COM).
26. Percentual do Consumo Industrial de Energia Elétrica em Relação ao Consumo Total (CONS-IND).

27. Percentual de Consumidores de Energia Elétrica em Relação à População Total (TOT CONSR).

28. Total de Consumo de Energia Elétrica em Relação à População Total (TOT CONMP).

29. Número de Quartos em Relação à População Total (PQUARTO).

Como se pode observar, existem variáveis que correspondem simplesmente a valores expressos "*per capita*" e que serão denominadas "*simples*". Outras, por vezes, somam ou relacionam algumas dessas variáveis; é o caso do % IPTUISS (que soma os dois percentuais), ou do IPTU-IND que procurou avaliar a participação relativa do IPTU-POP em relação ao total de IPTU, ISS, ICMS "per capita", somados etc. Estas serão, então, denominadas variáveis "*conjugadas*" e são destacadas a seguir:

1. Percentual do Pessoal Ocupado em Comércio e Serviços em Relação à População Total.

2. Percentual do Pessoal Ocupado em Comércio e Serviços em Relação ao Total do Pessoal Ocupado.

3. Arrecadação do IPTU, do ISS e do ICMS "per capita", somados, em Relação à População Total.

4. Arrecadação do IPTU "per capita" sobre a Soma da Arrecadação do IPTU, do ISS e do ICMS "per capita".

5. Arrecadação do ICMS "per capita" sobre a Soma da Arrecadação do IPTU, do ISS e do ICMS "per capita".

6. Percentual do IPTU e do ISS, somados, na Receita Disponível dos Municípios.

b) Descrição e Fontes das Variáveis

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) incide sobre a *"propriedade, a posse e o domínio de expansão urbana, desde que não tenha destinação extrativa vegetal, agrícola, pecuária e agroindustrial, ou situado na zona rural, se caracterizado como sítio de recreio"* (CEPAM, Série Executivo Municipal, 1993, p.32).

Essa importante fonte de arrecadação municipal caracteriza-se (cf. Silva, 1993:24-62) por uma vantagem e por uma desvantagem; a vantagem, porque a proximidade do contribuinte à fonte arrecadora facilita o poder de fiscalização e cobrança; por outro lado, entretanto, essa mesma proximidade pode favorecer o uso de pressão na época de reajustes, principalmente nos municípios pequenos. No caso do Turismo, sua incidência recai sobre a infraestrutura turística representada por equipamentos turísticos em geral, residências secundárias etc. No caso da presença destas últimas, a tendência é de sua arrecadação ser bastante significativa, ou seja, mais próxima do real valor venal do imóvel, em função da presença esporádica do contribuinte.

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) possui uma estrutura mais sofisticada e sua arrecadação depende de uma efetiva ação fiscalizadora; acaba, por isso, sendo mais produtivo nos municípios maiores, onde se registra uma grande concentração de atividades terciárias. No caso dos municípios muito pequenos, a receita é reduzida a ponto de não comportar uma

estrutura de fiscalização. No caso do Turismo, ele incide sobre as agências de viagem, os equipamentos de alimentação, hospedagem, lazer etc.

O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) "*refere-se à fonte de recurso de maior participação na receita do Estado de São Paulo*" (SEADE, Perfil Municipal) e a base para seu recolhimento foi ampliada pela Constituição Federal. Até 1988, incidia apenas sobre a Circulação de Mercadorias, e a partir do exercício de 1989, passou a incidir também sobre os Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal, de Comunicação, Distribuição de Energia Elétrica e de Lubrificantes e Combustíveis Líquidos ou Gasosos e Minerais. Este imposto constitui-se num indicador significativo das atividades mais diretamente vinculadas ao Turismo (cf. Rezende, 1991:84).

As variáveis descritas a seguir tiveram como fonte as definições citadas no *Perfil Municipal* (1993).

A Receita Municipal Total engloba tanto as Receitas Próprias das prefeituras, como as Receitas Transferidas, provenientes das esferas de Governo Estadual e Federal e de outras instituições, inclusive privadas, além das Operações de Crédito, que são recursos captados junto ao sistema financeiro.

A Receita Municipal Própria corresponde à arrecadação de competência direta da própria prefeitura, e que se concentra nos Impostos Municipais: IPTU, ISS e, a partir da Constituição de 1988, o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis "*Inter-Vivos*" - ITBI e o Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos - IVVC. Inclui, também, Taxas, Contribuições de Melhoria, Receita de Contribuições, Receita Patrimonial, Receita Agropecuária, Receita de Serviços, Multas e Juros de Mora, Indenizações e Restituições, Receita

de Dívida Ativa, Receitas Diversas, Alienação de Bens, Amortizações de Empréstimos concedidos e Outras Receitas de capital.

O Valor Adicionado corresponde, para cada município, ao valor das saídas de mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços no seu território, deduzido o valor das entradas de mercadorias, em cada ano civil. O Valor Adicionado é utilizado pela Secretaria da Fazenda, como um dos critérios para a definição do Índice de Participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS.

Os valores monetários das variáveis relacionadas anteriormente estão a preços de 1991, atualizadas pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas - FGV (médias anuais).

Quanto ao Pessoal Ocupado, os dados apresentados correspondem ao volume médio anual de empregados, contratados de acordo com as normas legais, ou seja, com carteira assinada.

Os Consumidores e o Consumo Residencial de Energia Elétrica correspondem às unidades residenciais urbanas, incluídas as instalações de uso comum de prédio ou conjunto em que predomine esse tipo de unidade e seu respectivo consumo.

Os Consumidores e Consumo Industrial de Energia Elétrica dizem respeito às unidades em que são desenvolvidas atividades das indústrias de extração e tratamento de minerais, transformação e construção civil e seu respectivo consumo.

Os Consumidores e Consumo de Energia Elétrica no Comércio, Serviços e outras Atividades referem-se àquelas unidades em que são

desenvolvidas atividades comerciais ou de prestação de serviços (excluídos os serviços públicos de água, esgoto, saneamento, tração elétrica urbana e/ou ferroviária), assim como outras atividades que não se enquadram nas demais classes e seu respectivo consumo. (**Observação:** segundo o SEADE, todos esses dados têm como fonte a Companhia Energética de São Paulo).

No caso da variável Total de Consumidores de Energia Elétrica em Relação à População Total e Total de Consumo de Energia Elétrica "per capita", foram somados os dados parciais relativos ao comércio, à indústria, às residências urbanas e ao setor rural.

Quanto à variável Percentual de Domicílios de Uso Ocasional em Relação ao Total de Domicílios, os dados foram obtidos junto ao IBGE, na Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991, que considera **domicílio**, a moradia estruturalmente independente, constituída por um ou mais cômodos, com entrada privativa. Por extensão, edifícios em construção, embarcações, veículos, barracas, tendas, grutas e outros locais que estavam, na data do Censo, servindo de moradia, também foram consideradas como domicílios. Já o Domicílio de Uso Ocasional diz respeito ao domicílio particular que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), isto é, os usados para descanso de fim de semana, férias ou outro fim.

Já a variável Quartos "per capita" diz respeito à capacidade hoteleira e inclui quartos, apartamentos e chalés, cujos dados foram extraídos do *Censo Cultural - São Paulo - 1990: Litoral e Interior*, editado pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

A População Urbana corresponde à população residente, ajustada para 1º de julho de cada ano, considerando-se a taxa de crescimento observada

entre 1980 e 1991, baseada na Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991, divulgado em outubro de 1992.

Os Terminais Telefônicos (por mil habitantes) referem-se aos terminais em serviços ligados a centrais locais e gerando receita operacional. Incluem-se aqui os residenciais, não-residenciais, troncos e terminais de uso público (a Telebrás é a fonte citada no *Perfil Municipal*).

Ainda através do SEADE, foram coletados os dados das variáveis: Percentual das Transferências Constitucionais Estaduais e Federais, e Percentuais de IPTU e de ISS em Relação à Receita Disponível dos Municípios (*A Reforma Tributária de 1988 e os Municípios do Estado de São Paulo*). As Transferências Estaduais correspondem a 25% do ICMS e 50% do IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. Já as Transferências Federais correspondem a 22,5% do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

CAPÍTULO VI

VI

RESULTADOS DO ESTUDO

Diante do grande número de municípios e de variáveis selecionados, foram estabelecidos alguns passos para o tratamento estatístico de forma a facilitar o processo de análise dos dados. Inicialmente, cada uma das variáveis foi submetida a uma análise descritiva - método "*box-plot*" (**Anexo I**) -, para detectar possíveis valores discrepantes dos dados, ou seja, valores que se destaquem do conjunto de casos.

Em seguida, foi feita uma comparação das médias das variáveis com a aplicação do teste "*t*" e de Mann-Whitney. Os passos seguintes constituíram-se na obtenção das correlações de Spearman e, finalmente, no ajuste de alguns modelos de regressão linear múltipla, que possibilitem previsão.

Cada um desses passos será mais cuidadosamente descrito a seguir, junto à apresentação de seus resultados e possíveis interpretações.

1. MEDIDAS DE DISCREPÂNCIA E DE POSIÇÃO DAS VARIÁVEIS: O MÉTODO "BOX-PLOT"

O "*box-plot*" é construído utilizando-se a **mediana** como medida de posição central dos valores e o intervalo interquartil como medida de dispersão. A disposição desses valores num retângulo fornece idéias de: posição, dispersão, assimetria, caudas e dados discrepantes. Observações situadas a uma distância superior a 1,5 vezes o valor, intervalo interquartil, partindo-se do primeiro quartil ou do terceiro quartil, são considerados discrepantes. Para ilustrar esta descrição é

apresentada, a seguir, uma figura do "box-plot" que foi aplicado somente às variáveis ditas simples.

BOX-PLOT

Para efeito desta análise, os valores extremos e "outliers" serão identificados conjuntamente como **discrepantes**.

Para facilitar a visualização dos resultados obtidos, construiu-se o **Quadro IV** que reuniu os dados discrepantes que cada município registrou para

certas variáveis, no conjunto todo (oitenta e oito municípios) e no grupo (estância ou contraste). O **Quadro IV** é apresentado a seguir.

QUADRO IV

Estâncias e Contrastes - Dados Discrepantes - "Box-Plot".

Variáveis	I P T U - P O P	I S S - P O P	I C M S - P O P	R E C M U N - P	R E C M U N P i	V A L O R A D i	% O C U P E R O	% O C U P E R O	% O C U P E R O	% I P T U	% I S S	D O M - O C	C O N S U M I D	T E L E F O N E	C O N S - C O M	T O T O C O N S R	T O T O C O N T O S	P Q U A R T O S
Cidades																		
Hidrominerais																		
Águas de Lindóia		c g					c g				c g				c	c		c g
Águas de Prata																		c
Águas de Santa Bárbara																		c
Águas de São Pedro	c g	c g		c g	c g		c g	g				c	c	c g	c g	c g	c g	c g
Amparo			g															
Atibaia		c									c g							
Campos do Jordão		c g					c				c g				c			c
Ibirá																		c
Lindóia			g															c
Monte Alegre do Sul																		
Poá																		
Serra Negra											c							c g
Socorro																		
Climáticas																		
Analândia																		
Bragança Paulista																	g	
Caconde																		
Campos Novos Paulista																		c
Curha ¹												e						
Nuporanga						g g	c g											
Santa Rita do Passa Quatro																		
Santo Antônio de Pinhal																		
São Bento do Sapucaí																		

¹menor valor discrepante para população urbana
c: valores discrepantes superiores no conjunto todo; g: valores discrepantes superiores no grupo;
e: valores discrepantes inferiores no conjunto todo; f: valores discrepantes inferiores no grupo;

(continuação do Quadro IV)

Variáveis	I P T U - P O P	I S - P O P	I C M S - P O P	R E C M U N - P	R E C M U N F 1	V A L O R A D 1	% O C U P A C I D A D E	% O C U P A C I D A D E	% O C U P A C I D A D E	% O C U P A C I D A D E	% O C U P A C I D A D E	D O M - I C O	C O N S U M I D O	T E L E F O N O	C O N S U M I D O	T O T O C O N S U M I D O	T O T O C O N S U M I D O	P Q U A R T O S
Balneárias																		
Cananéia																		c
Caraguatatuba	c g									c g		c	c				c	
Guarujá	c g	c								c			c				c	
Iguape	c g				c					c								
Ilhabela										c			c					c g
Itanhaém	c g									c g		c	c				c g	
Mongaguá	c g			c g	c g					c		c	c	c			c g	
Perusbe	c g				c					c		c	c				c	
Praia Grande					c g					c g		c	c				c g	
Santos		c g					c g	c g			c g		c	c			c g	
São Sebastião	c g				c g	c g				c g			c				c g	c
São Vicente										c		c						g
Ubatuba	c g									c g		c	c				c	c
Turísticas																		
Aparecida																		c
Bananal																		
Barra Bonita						g												
Embu								c g			c g							
Ibitinga																		
Itu			g															
Presidente Epitácio																		
São Pedro																		
São Roque																		

c: valores discrepantes superiores no conjunto todo; g: valores discrepantes superiores no grupo;
 e: valores discrepantes inferiores no conjunto todo; f: valores discrepantes inferiores no grupo;

(continuação do Quadro IV)

Variáveis	I P T U - P O P	I S S - P O P	I C M S - P O P	R E C M U N - P	R E C M U N P 1	V A L O R A D O	% O C U P A C I D A D E	% O C U P A C I D A D E	% O C U P A C I D A D E	% O C U P A C I D A D E	% O C U P A C I D A D E	D O M - C	C O N S U M I D O	T E L E F O N O	C O N S U M I D O	T O T A L C O N S U M I D O	T O T A L C O N S U M I D O	P Q U A R T O S	
Cidades																			
Contrastes de Hidrominerais																			
Bom Jesus dos Perdões		c g										c g							
Itobi																			
Arandu																			
Mombuca	g			c g	c g							g							
Mogi-Mirim																			
Itatiba			c																
Tremembé																			
Neves Paulista																			
Pedra Bela													e				f		
Pinhalzinho																			
Ferraz de Vasconcelos																			
Piracaia																			
Itapira												g							g
Contrastes de Climáticas																			
Corumbataí 1																			
Mogi-Guaçu			c															c g	
Divinolândia																			
Ibirarema																			
Cachoeira Paulista																			
Sales Oliveira															g				
Descalvado																			
Lagoinha																			
Natividade da Serra																			

c: valores discrepantes superiores no conjunto todo; g: valores discrepantes superiores no grupo;
e: valores discrepantes inferiores no conjunto todo; f: valores discrepantes inferiores no grupo;

O que se pode observar, é que alguns municípios registraram dados discrepantes de forma isolada para uma ou outra variável, no conjunto todo ou por grupo (estância e contraste).

Entretanto, alguns outros municípios foram várias vezes classificados como discrepantes no limite superior, para muitas variáveis; é o que se nota entre os **contrastes**, em Cubatão, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo (municípios com grande concentração de unidades industriais), tanto para os resultados do conjunto todo quanto para os do grupo.

Por outro lado, entre as **estâncias**, alguns outros resultados também se revelaram interessantes; é o caso de Águas de São Pedro que apresentou dados discrepantes para muitas variáveis; o que poderia ser explicado pelas dimensões territoriais e populacionais desse município, o menor do Estado de São Paulo, com 3 km² de extensão e 1.620 habitantes, em 1990.

Águas de Lindóia e Campos do Jordão são outros municípios que reúnem alguns dados discrepantes para algumas variáveis como, por exemplo, ISS "per capita", Percentual de Pessoal ocupado em Serviços, Percentual de ISS na Receita Disponível dos Municípios, no elevado consumo comercial e Energia Elétrica e no número de Quartos "per capita". Como, além disso, é notória a vocação turística desses municípios, pode-se arriscar a classificá-los como receptores de fluxo turístico de estado.

Além disso, tem-se os casos de Serra Negra, com dados extremos para o Percentual de ISS na Receita Disponível e para o número de Quartos "per capita", no conjunto todo e por grupo, e o de Embu, nos Percentuais de Pessoal Ocupado em Serviços e de ISS na Receita Disponível. E, embora se saiba que o

a presença isolada dessa variável (embora intrínseca no Turismo) não é suficiente para assim classificá-lo.

É preciso destacar ainda, o caso das estâncias **balneárias**, cujos dados revelaram constituir-se, no geral, num grupo de comportamento bastante homogêneo quanto a algumas variáveis, o que pode justificar sua classificação como receptoras de fluxo sedentário-residencial. É o caso do IPTU "per capita", do Percentual de IPTU na Receita Disponível, do Percentual de Domicílios de Uso Ocasional, de Consumidores de Energia Elétrica. A Receita Municipal Própria "per capita" é um dado discrepante somente para os municípios de Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande e São Sebastião. As variáveis Percentual de Pessoal Ocupado em Comércio e Percentual de Pessoal Ocupado em Serviços só registraram valores extremos para o município de Santos, o que poderia ser explicado mais pela presença do porto. Por outro lado, o município de São Sebastião merece ser destacado do conjunto por registrar valores discrepantes para o Valor Adicionado "per capita" (no conjunto todo ou no grupo), o que poderia ser explicado pela presença do Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR).

Finalmente, valeria acrescentar que, entre as estâncias, o município de Cunha registrou um valor discrepante para a variável Percentual de População Urbana (37,7%), mas no limite **inferior** do "*box-plot*", e entre os contrastes, tem-se dois casos em condições semelhantes, mas para outras variáveis: Pedra Bela e Barra do Turvo, nos Percentuais de Consumidores Residenciais e Totais de Energia Elétrica.

Pode-se concluir esta parte da análise, confirmando-se a ênfase em diferentes variáveis para os dois principais tipos de fluxo que se constatou entre as estâncias. Nas de estada, com o ISS, o número de Quartos, o Consumo Comercial de Energia Elétrica e Pessoal Ocupado em Serviços. Nas de fluxo residencial, o

IPTU, a Residência Secundária, o Consumidor Residencial e o Total de Consumidores de Energia Elétrica.

2. COMPARAÇÃO DA MÉDIA DAS VARIÁVEIS

Para a comparação das médias das variáveis aplicou-se o teste "t" e o de Mann-Whitney, adotando-se nível de significância de 5%. O teste "t", paramétrico, supõe que as variáveis apresentem uma distribuição normal; como os resultados do "box-plot" não confirmaram esse tipo de distribuição, optou-se pelo teste de Mann-Whitney, não paramétrico. Entre as vinte e nove variáveis selecionadas para a pesquisa, quatorze registraram médias favoráveis às estâncias, a partir, então, do teste de Mann-Whitney :

- Arrecadação de IPTU "per capita".
- Receita Municipal Própria "per capita".
- Percentual de Pessoal Ocupado em Serviços em Relação à população Total.
- Percentual de Pessoal Ocupado em Comércio e Serviços em Relação à População Total.
- Percentual de Pessoal Ocupado em Comércio e Serviços em Relação ao Total de Pessoal Ocupado.
- Percentual de IPTU e ISS na Receita Disponível dos Municípios.
- Percentual de IPTU na Receita Disponível dos Municípios.

- Percentual de Domicílios de Uso Ocasional em Relação ao Total de Domicílios.
- Percentual de Consumidores Residenciais de Energia Elétrica em Relação à População Total.
- Terminais Telefônicos por Mil Habitantes.
- Percentual do Consumo Residencial de Energia Elétrica em Relação ao Consumo Total.
- Percentual do Consumo Comercial de Energia Elétrica em Relação ao Consumo Total.
- Percentual de Consumidores de Energia Elétrica em Relação à População Total.
- Número de Quartos "per capita".

Observação: as outras variáveis ou não registraram resultados significativos ou registraram médias favoráveis ao grupo dos contrastes, como se poderá ver mais adiante, no **Quadro-Resumo V**, que é apresentado a seguir.

Comparação de Médias de Variáveis.
Resumo dos testes "t" e de Mann-Whitney.

	GRUPO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	NÍVEL DESCRITIVO		
				t_Student	Mann-Whitney	Comparação das médias *
IPTU_POP	1	8660.37	13963.94	< 0.01	< 0.01	1 > 2
	2	1402.97	1760.45	*	*	
ISS_POP	1	3793.16	5250.96	0.38	0.21	
	2	2841.95	4764.85			
ICMS_POP	1	38598.17	43991.87	0.01	0.07	1 < 2
	2	96736.18	143561.96	*		
RECMUN_P	1	90.96	54.21	0.93	0.56	
	2	92.08	64.39			
RECMUNP1	1	32.78	32.55	0.07	0.02	1 > 2
	2	21.40	25.43		*	
VALORAD1	1	1138.86	3598.35	0.87	0.02	1 < 2
	2	1236.71	1432.03		*	
%OCUPCO	1	2.39	1.43	0.35	0.33	
	2	2.10	1.42			
%OCUPSER	1	6.95	5.46	0.06	0.04	1 > 2
	2	4.99	3.47		*	
%OCUP_PO	1	13.39	7.41	0.52	0.77	
	2	14.77	11.20			
%OCUPCO1	1	9.34	6.04	0.06	0.05	1 > 2
	2	7.09	4.45		*	
%OCUPCO2	1	72.30	19.21	< 0.01	< 0.01	1 > 2
	2	54.93	19.23	*	*	
%TRANSES	1	30.22	13.23	< 0.01	< 0.01	1 < 2
	2	41.90	13.74	*	*	
%TRANSFE	1	33.07	15.42	0.63	0.63	
	2	34.72	16.82			
%IPTUISS	1	14.01	14.04	< 0.01	< 0.01	1 > 2
	2	5.19	5.47	*	*	
%IPTU	1	9.28	12.31	< 0.01	< 0.01	1 > 2
	2	2.10	3.15	*	*	
%ISS	1	4.73	6.13	0.14	0.29	
	2	3.09	3.93			
INDTOT_N	1	51051.70	45829.29	0.04	0.43	1 < 2
	2	100981.10	147772.06	*		
IPTU_IND	1	0.70	0.30	< 0.01	< 0.01	1 < 2
	2	0.89	0.16	*	*	
ICMS_IND	1	0.70	0.30	< 0.01	< 0.01	1 < 2
	2	0.89	0.16	*	*	
DOM_OC	1	21.03	18.62	< 0.01	< 0.01	1 > 2
	2	6.56	6.65	*	*	
CONSUMID	1	29.64	16.62	< 0.01	< 0.01	1 > 2
	2	18.70	4.55	*	*	
POPURB	1	81.62	18.41	0.18	0.27	
	2	75.40	24.09			
TELEFONE	1	101.01	57.93	< 0.01	< 0.01	1 > 2
	2	64.51	35.55	*	*	
CONS_RES	1	44.71	16.29	< 0.01	< 0.01	1 > 2
	2	32.47	16.94	*	*	
CONS_COM	1	17.29	11.73	< 0.01	< 0.01	1 > 2
	2	9.46	6.49	*	*	
CONS_IND	1	25.67	22.20	0.01	0.02	1 < 2
	2	40.60	30.03	*	*	
TOTCONSR	1	34.39	16.51	< 0.01	< 0.01	1 > 2
	2	22.50	4.47	*	*	
TOTCONMP	1	1.30	0.79	0.18	0.96	
	2	2.38	5.22			
PQUARTOS	1	0.0180	0.051	0.03	< 0.01	1 > 2
	2	0.0006	0.001	*	*	

OBS: (1) GRUPO: 1 - ESTÂNCIA
2 - CONTRASTE

(2) *: RESULTADO ESTATISTICAMENTE SIGNIFICANTE AO NÍVEL DE 5%.

Percebe-se que as estâncias, através de sua maior ou menor condição turística, são realmente favorecidas quanto a alguns dos pressupostos deste trabalho, de que o turismo pode estimular a arrecadação de impostos como IPTU, a geração de empregos no setor de serviços e de comércio e mesmo indicadores sociais como o número de terminais telefônicos e de consumidores residenciais de energia elétrica.

3. DESCRIÇÃO DAS CORRELAÇÕES

Dando seguimento ao tratamento estatístico, foi montada uma matriz de correlação para as vinte e nove variáveis. Através da análise do "*box-plot*" tem-se indícios de que as variáveis não têm distribuição normal e, portanto, optou-se pela correlação de Spearman, que se constitui numa técnica não paramétrica e, portanto, mais adequada, nessas condições.

Foram montadas matrizes de correlação para o grupo das estâncias, para o grupo dos contrastes e para o conjunto todo (municípios + contrastes). Em seguida, selecionaram-se as correlações superiores a 0.5, ou inferiores a -0.5, para cada um dos grupos (estâncias e contrastes) e, em seguida, isoladas aquelas exclusivas do **grupo das estâncias**. Foi, então, construído um **Quadro** que resumiu parte dessas informações e que é apresentado a seguir.

(**Observação:** para o Grupo Todo foram selecionadas as correlações superiores a 0,4 ou inferiores a -0,4).

Estâncias e Contrastes - Resumo das Correlações de Spearman:
Para o Grupo Todo e Para as Estâncias.

	I P T U _ P O P	I S S _ P O P	I C M S _ P O P	R E C M U N P	R E C M U N P 1	V A L O R A D I	% O C U P C O	% O C U P S E R	% O C U P _ P O	% O C U P C O 1	% O C U P C O 2	% T R A N S E S	% T R A N S F E	% I P T U I S S	% I P T U	% I S S	I N D I T O T _ N	I P T U _ I N D	I C M S _ I N D	D O M _ O C	C O N S U M I D	P O P U R B	T E L E F O N E	C O N S _ R E S	C O N S _ C O M	C O N S _ I N D	T O T C O N S R	T O T C O N M P	P Q U A R T O S		
IPTU_POP																															
ISS_POP																															
ICMS_POP																															
RECMUN_P																															
RECMUNP1	+ G																														
VALORADI																															
%OCUPCO		+ G			+ G																										
%OCUPSER	+ T				+ T																										
%OCUP_PO					+ T																										
%OCUPCO1					+ T																										
%OCUPCO2			- G																												
%TRANSES					- G						- T																				
%TRANSFE	- G			- T																											
%IPTUISS					+ G		+ G	+ G		+ G			- G																		
%IPTU		+ G			+ G							- T																			
%ISS					+ G		+ G			+ G			- G		+ G																
INDTOT_N				+ T										+ T																	
IPTU_IND	- G										- G			- G	- G																
ICMS_IND											- G			- G	- G																
DOM_OC	+ G				+ G	- T					+ T			+ T	+ G																
CONSUMID	+ G				+ G									+ G	+ G			- G	- G	+ G											
POPURB	+ G						+ G	+ T							+ G																
TELEFONE	+ T			+ T	+ G			+ T	+ T					+ T		+ T	+ G			+ G		+ T									
CONS_RES			- G								+ G	- T			+ T			- G	- G	+ T											
CONS_COM			- G								+ G	- T			+ T			- G	- G	+ T	+ T										
CONS_IND											- G							+ G	+ G	- T							- G				
TOTCONSR	+ G	+ G			+ G			+ T		+ T			- G	+ G	+ G	+ T				+ G							+ T				
TOTCONMP							+ G																						+ G		
PQUARTOS											+ T	- T								+ T	+ T		+ T		+ T		+ T		+ T		

+/- G: CORRELAÇÃO POSITIVA/NEGATIVA EXCLUSIVAS NO GRUPO DAS ESTÂNCIAS

+/- T: CORRELAÇÃO POSITIVA/NEGATIVA EXCLUSIVAS NO CONJUNTO DE TODOS OS MUNICÍPIOS

OBS: A MATRIZ É SIMÉTRICA.

Da observação deste quadro, pode-se destacar a correlação positiva entre IPTU "per capita" e Percentual de Domicílios de Uso Ocasional, o que poderia ser explicado pela presença esporádica do proprietário, que se mantém distante da administração municipal (mesmo em municípios de pequena população), permitindo, então, uma correção adequada do valor venal do imóvel.

Só nas estâncias, a arrecadação de ISS é muito afetada pelo Pessoal Ocupado no Comércio e pelo Total de Consumidores de Energia Elétrica, o que revela uma intensificação das atividades do setor terciário, onde se inclui o Turismo.

Além disso, o ISS "per capita" e Percentual de ISS na Receita Disponível dos Municípios estão positivamente correlacionados com o IPTU. Isso poderia ser explicado pela presença de uma população de maior renda, uma escala mais sofisticada de necessidades e um conseqüente estímulo ao comércio de serviços.

Já a arrecadação de ICMS "per capita" registrou uma **correlação negativa** com o Percentual de Pessoal Ocupado em Comércio e Serviços (em relação ao Total de Pessoal Ocupado) e com os Percentuais de Consumo Residencial e Comercial de Energia Elétrica (em relação ao Consumo Total). É como se a atividade comercial das estâncias não gerasse arrecadação de ICMS, ou seja, quanto mais energia elétrica é dispendida com o comércio, menos se arrecada de ICMS.

É preciso também comentar que é significativamente negativa a correlação entre a Receita Municipal Própria "per capita" e o Percentual de Transferências Constitucionais Estaduais na Receita Disponível dos Municípios. Isso talvez pudesse ser explicado, principalmente pela elevada arrecadação de IPTU nas estâncias somada à arrecadação de ISS, o que acaba por lhes gerar uma espécie

de autonomia financeira, desestimulando a ação arrecadadora em outras atividades, numa atuação em parceria com a esfera estadual.

Além disso, também a variável Percentual das Transferências Constitucionais Federais na Receita Disponível dos Municípios só registrou correlações significantes **negativas** com outras variáveis, no caso das estâncias, como o IPTU, o ISS, a Receita Municipal Própria dos Municípios (todos "per capita"). Essa mesma correlação negativa repetiu-se com o Percentual de Consumidores Residenciais de Energia Elétrica, de População Urbana e de Consumidores Energia Elétrica, sempre em relação à População Total e, finalmente, também no caso de Consumo "per capita" de Energia Elétrica. É como se as estâncias que dependem das Transferências Constitucionais Federais não tivessem nenhuma capacidade própria de geração de receita, não abrigando, então, uma população urbana no sentido geográfico do termo, ou seja, ocupada nos setores secundário e terciário das atividades econômicas.

Quanto à variável Percentual de Domicílios de Uso Ocasional em Relação ao Total de Domicílios (DOM-OC), confirmam-se as correlações positivas como o IPTU "per capita", com a Receita Municipal Própria "per capita", com o Percentual de IPTU na Receita Disponível, com o Percentual de Consumidores Residenciais e em geral de Energia Elétrica e com o número de Terminais Telefônicos por Mil Habitantes. O aumento do DOM-OC tende a gerar muita receita própria para os municípios, enquanto melhora também seus indicadores sociais de número de telefones e consumo residencial ou geral de energia elétrica.

E, quanto ao Percentual do Pessoal Ocupado em Comércio e Serviços em Relação ao Total de Pessoal Ocupado (%COCUPCO2), a correlação é **positiva** com o Consumo Residencial e Comercial de Energia Elétrica (o que mais uma vez

confirma uma demanda maior por serviços), mas é negativa com a arrecadação de ICMS "per capita" e com o Consumo Industrial de Energia Elétrica.

Para finalizar, pode-se considerar as estâncias como municípios onde se correlacionam positivamente o IPTU, o ISS, a População Urbana, os Domicílios de Uso Ocasional, o Consumo Comercial e Residencial de Energia Elétrica, o Pessoal Ocupado em Comércio e em Serviços e os Terminais Telefônicos.

A partir desta análise, obteve-se indícios de que a atividade turística (embutida de forma mais ou menos remota nas estâncias) gera empregos, gera renda (para os municípios) e uma melhor qualidade de vida para sua população, em comparação com o grupo dos contrastes, porque estas correlações positivas só ocorreram no grupo das estâncias.

Somente surpreendeu a correlação negativa nas estâncias, do ICMS "per capita" com o Consumo Comercial de Energia Elétrica e o Percentual de Pessoal Ocupado em Comércio e Serviços (em Relação ao Total de Pessoal Ocupado). Estariam os resultados dessa correlação sendo afetados pela sazonalidade do Turismo, que diluiria durante o ano, o montante de arrecadação correspondente aos meses de férias?

4. ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA

Como última etapa do tratamento estatístico, foi feito o ajuste de alguns modelos de regressão linear múltipla que permitissem avaliar a forma funcional com que algumas variáveis independentes explicam uma variável dependente e com isso possibilitar previsões.

Foram montados, então, oito regressões a partir de alguns critérios. Como **dependentes** foram escolhidas as variáveis que pudessem, de alguma forma, refletir os impactos do Turismo a partir dos pressupostos que motivaram o desenvolvimento deste estudo. Como se buscou demonstrar que o Turismo é uma atividade econômica geradora de empregos, renda e de melhor qualidade de vida (para a população receptora dos fluxos turísticos), definiu-se como variáveis dependentes:

- O Percentual de Pessoal Ocupado em Comércio e Serviços em Relação ao Total de Pessoal Ocupado (%OCUPCO2);
- O ICMS "per capita" (ICMS-POP);
- O Percentual de IPTU na Receita Disponível dos Municípios (% IPTU);
- O Percentual de ISS na Receita Disponível dos Municípios (% ISS);
- O Valor Adicionado "per capita" (VALORAD1);
- O Percentual de Consumidores Residenciais de Energia Elétrica (CONSUMID);
- O Consumo "per capita" de Energia Elétrica (TOTCONMP);
- O Número de Terminais Telefônicos por Mil Habitantes (TELEFONE).

A escolha das variáveis independentes considerou, além da intuição do pesquisador, resultados significativos das análises estatísticas anteriores. É o caso das variáveis que mais freqüentemente registraram valores discrepantes (no

"box-plot") para as estâncias. Além disso, também se observou aquelas variáveis cujas médias registraram (a partir dos testes) favorecimento para as estâncias e, finalmente, as correlações significativas e exclusivas para esse mesmo grupo. Essa combinação de critérios somou muitas variáveis, tendo sido selecionadas algumas das que atenderam a esses quesitos. Outras duas variáveis, entretanto, foram incluídas: a **distância** em Km da Capital paulista e **grupo**, que é uma variável "dummy" assumindo valores 0 (zero) para estância e 1 (um) para o contraste.

As variáveis independentes que foram escolhidas para um ajuste inicial de modelos de regressão linear múltipla são apresentadas no **Quadro VII**.

QUADRO VII
Variáveis independentes selecionadas.

	Variáveis independentes														
Variáveis dependentes	G	D	I	I	%	T	P	C	C	C	T	D	%	P	
	R	I	P	S	O	R	O	O	O	O	O	O	O	Q	
	U	S	T	S	C	A	P	N	N	N	T	M	C	U	
	P	T	U	-	U	N	-	S	S	S	C	-	U	A	
	O	Â	-	P	P	S	U	-	-	-	O	O	P	R	
		N	P	O	-	E	R	R	C	I	N	C	C	T	
		C	O	P	P	S	B	E	O	N	S		O	O	
		I	P		O			S	M	D	R		1	S	
		A													
%OCUPCO2	XXXXX	XXXXX				XXXXX		XXXXX	XXXXX			XXXXX		XXXXX	
TELEFONE	XXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX								XXXXX	XXXXX	XXXXX	
ICMS-POP	XXXXX	XXXXX		XXXXX						XXXXX		XXXXX	XXXXX	XXXXX	
VALORAD1	XXXXX	XXXXX			XXXXX	XXXXX		XXXXX	XXXXX	XXXXX		XXXXX			
% IPTU	XXXXX	XXXXX		XXXXX			XXXXX				XXXXX	XXXXX			
% ISS	XXXXX	XXXXX	XXXXX		XXXXX						XXXXX		XXXXX		
CONSUMID	XXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX					XXXXX			XXXXX		XXXXX	
TOTCONMP	XXXXX	XXXXX			XXXXX			XXXXX		XXXXX	XXXXX		XXXXX		

Como se pode observar, para as oito regressões forçou-se a entrada da variável GRUPO; entretanto, como em alguns casos ela não se revelou significativa, foi desconsiderada, ajustando-se então outro modelo em que os municípios foram agrupados em um único conjunto. Quando a presença da variável GRUPO foi significativa, ajustou-se um modelo para cada um dos grupos: o de estâncias e o de contrastes.

Quanto às outras variáveis, a seleção se deu através do método STEPWISE, que seleciona aquelas conjuntamente significantes na explicação da variável dependente. Alguns municípios como Cubatão, São Caetano do Sul etc. (ver **Quadro VIII**) foram excluídos dos modelos finais, porque não se ajustaram adequadamente, além do que, já haviam registrado valores discrepantes para algumas variáveis pelos resultados do "box-plot".

Os resultados são apresentados a seguir, destacando-se, inicialmente, os modelos ajustados quando a variável GRUPO não foi significativa.

QUADRO VIII

Resultados das Regressões - Excluída variável GRUPO.

Variáveis independentes																	Municípios excluídos
	D	I	I	I	%	T	P	C	C	C	C	T	D	%	P	C	
Variáveis dependentes	D	I	I	I	%	T	P	C	C	C	C	T	D	%	P	C	
	I	P	S	O	R	O	O	O	O	O	O	O	O	O	Q	O	
	S	T	S	C	A	P	P	N	N	N	N	T	M	C	U	N	
	T	U	-	U	N	-	-	S	S	S	S	C	-	U	A	S	
	Á	-	P	P	S	U	U	-	-	-	-	O	O	P	R	T	
	N	P	O	-	E	R	R	R	C	I	N	C	C	C	T	A	
	C	O	P	P	S	S	B	E	O	N	S	S		O	O	N	
	I	P		O				S	M	D	R			1	S	T	
	A															E	

Como a variável GRUPO foi excluída, o que se pode destacar é que, nos limites e parâmetros estabelecidos por este estudo, esses modelos não se mostraram adequados para confirmar alguns dos pressupostos iniciais deste trabalho, já que não foi possível detectar, através deles, comportamentos diferentes que permitissem isolar os dois grupos de municípios e, conseqüentemente, os impactos do Turismo

De qualquer forma, entretanto, em alguns casos, a inclusão nesses modelos ajustados das variáveis independentes, entre outras, PQUARTOS e DOM-OC diretamente vinculadas a fluxos turísticos, pode indicar um favorecimento, não para o grupo das estâncias como um todo (que se sabe, mantém com a atividade turística, uma relação mais ou menos remota), mas para os municípios que, independentemente do grupo a que pertenceram na pesquisa, têm o Turismo como atividade econômica significativa. Esses comentários são válidos para aquelas regressões que tiveram como variáveis **dependentes** %IPTU, CONSUMID e TELEFONE, embora confirmando-se, com essas restrições, as propostas de que o Turismo pode gerar impostos e uma melhor qualidade de vida, medida segundo alguns indicadores.

É apresentado, a seguir, o **Quadro IX**, com os resultados das regressões, por grupo.

QUADRO IX

Resultados das Regressões (Por Grupo).

Variáveis independentes																	
	D	I	I	I	%	T	P	C	C	C	C	T	D	%	P	C	Municípios excluídos
Variáveis dependentes	I	P	S	O	R	A	P	O	O	O	O	O	O	O	Q	O	
	S	T	S	C	A	N	-	S	N	N	N	T	M	C	U	N	
	T	U	-	U	N	-	-	S	S	S	S	C	-	U	A	S	
	Â	-	P	P	S	S	U	-	-	-	-	O	O	P	R	T	
	N	P	O	-	E	R	R	R	C	I	I	N	C	C	T	A	
	C	O	P	P	S	B	E	O	O	N	N	S		O	O	N	
	I	P		O		S	S	M		D		R		1	S	T	
	A															E	
% OCUC02	Estância								0,38	0,68						44,13	Lindóia
		estimativa							0,14	0,19						6,60	
		erro padrão															
	Contraste								1,29							42,99	
VALAR01										0,41						4,72	
	Estância				16,74	32,30		-8,66					12,17			-467,38	São Sebastião
		estimativa			6,75	5,54		3,76					4,26			293,20	
		erro padrão															
	Contraste				50,81	15,22		-14,69								263,20	Cubatão
		estimativa			9,46	6,67		5,09								331,64	
		erro padrão															
	Estância				3,59						1304,95			-221661,42	-4788,79		
ICMS-POP		estimativa			1,06					216,94				111775,50	8380,90		
		erro padrão															
	Contraste									1362,15			14451,40		-70507,87		Cubatão
		estimativa								393,60			3106,00		21877,55		S. Caetano do Sul
		erro padrão															

As variáveis dependentes %OCUPO2, VALORAD1 e ICMS-POP parecem refletir, a partir dos modelos ajustados, a condição do município, isto é, estância ou contraste, mostrando no caso, que o Turismo pode interferir na geração de empregos no setor terciário, na renda "*per capita*" e na arrecadação de impostos.

Além disso, no caso da regressão que tem como variável dependente %OCUPCO2, é a variável independente CONS-RES que se destaca no modelo para o grupo das estâncias, o que poderia indicar aí, um melhor padrão de vida e uma escala diferenciada de necessidades a estimular a geração de empregos no setor terciário.

No caso da regressão cuja variável dependente é o VALORAD1, a variável independente que diferencia um grupo do outro é DOM-OC, o que pode também representar, neste estudo, a interferência do Turismo na geração de riqueza para o município ou na sua renda "*per capita*".

Finalmente, o modelo de regressão que colocou o ICMS-POP como variável dependente mostrou que interferem positivamente no caso das estâncias, ISS-POP, CONS-IND, e negativamente, PQUARTOS. Parece estranha esta combinação, porque se a presença de quartos reflete fluxos turísticos, deveria refletir também comércio. Supõe-se, então, que ou as estâncias não arrecadam o ICMS devido, ou os impactos de sua arrecadação diluem-se pela sazonalidade do Turismo. Além disso, só nas estâncias, o ICMS-POP é afetado pelo ISS-POP, o que também pode indicar tanto o estímulo à geração de empregos no setor terciário, como a arrecadação do imposto correspondente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já se comentou, no início deste trabalho, que o Turismo como atividade econômica gera impactos negativos e positivos e que, neste estudo, se pretendeu verificar algum resultado "*líquido*" pelas diferenças observadas em variáveis sócio-econômicas de alguns municípios paulistas, constituindo-se assim num estudo natureza exploratória.

Apesar das restrições já apontadas, foi escolhida como amostra o conjunto das Estâncias do Estado de São Paulo (setembro/93) que mantêm, como se viu, uma relação mais ou menos remota com o Turismo. Por outro lado, cada uma das estâncias foi emparelhada com um outro município paulista (segundo certos critérios razoavelmente atendidos) e então denominado **município-contraste** ou, simplesmente, **contraste**.

Selecionou-se, então, uma série de variáveis (constituídas em índices) que permitissem avaliar possíveis impactos do Turismo sobre a geração de empregos, a arrecadação de impostos e a qualidade de vida dos municípios da amostra. Secundariamente, pesquisou-se a diferenciação desses impactos por tipo de núcleo receptor de fluxo turístico, para se tentar chegar a critérios de classificação.

Aos dados coletados, principalmente junto ao SEADE, CEPAM e IBGE, foi aplicado um tratamento estatístico, em diferentes passos que permitissem descrever e analisar o conjunto de dados sob diferentes enfoques, para uma avaliação dos pressupostos fixados.

Na aplicação do "*box-plot*" destacou-se inicialmente o comportamento peculiar das estâncias balneárias quanto à arrecadação de IPTU e o que ele

representa na receita municipal própria; ao Percentual de Domicílios de Uso Ocasional e ao Percentual de Consumidores Residenciais de Energia Elétrica, que podem se constituir em variáveis indicadoras de fluxo turístico sedentário-residencial. Por outro lado, parece ter-se encaminhado também alguns impactos possíveis para as estâncias caracterizadas como de fluxo turístico de estada: a arrecadação de ISS, seu papel na Receita Disponível dos Municípios, o Consumo Comercial de Energia Elétrica, o Número de Quartos e o Percentual de Pessoal Ocupado em Serviços.

Na comparação de média das variáveis entre estâncias e contrastes, várias delas mostraram-se favoráveis às estâncias, e pode-se destacar as que se relacionam com os objetivos deste trabalho, como o IPTU, o ISS, o Pessoal Ocupado em Serviços e Comércio, os Terminais Telefônicos por Mil Habitantes etc.

Na análise dos resultados das correlações constatou-se que algumas variáveis correlacionaram-se positiva e exclusivamente para o grupo das estâncias: IPTU, ISS, População Urbana, Domicílio de Uso Ocasional, Pessoal Ocupado em Comércio/Serviços e Terminais Telefônicos. Mereceu destaque a correlação negativa entre ICMS e o Consumo Comercial de Energia Elétrica e o Percentual de Pessoal Ocupado em Comércio e Serviços (em Relação ao Total do Pessoal Ocupado).

Finalmente, o ajuste de alguns modelos de regressão linear múltipla pode permitir o encaminhamento de possíveis previsões; mais uma vez, confirmou-se uma interferência negativa, entre outras positivas, da variável Número de Quartos sobre a arrecadação de ICMS, fato a merecer pesquisas posteriores. De qualquer forma, os modelos ajustados para as variáveis dependentes: Percentual de Pessoal Ocupado em Comércio e Serviços (em Relação ao Total de Pessoal Ocupado) e

para o Valor Adicionado "per capita", parecem refletir a condição do município, isto é, estância ou contraste, indicando possíveis interferências do Turismo.

Todos estes resultados estão restritos aos limites e parâmetros que caracterizaram o desenvolvimento deste estudo. Além disso, estão sujeitos também a eventuais erros, frutos das várias etapas de coleta e manipulação dos dados, o que, de qualquer forma, não invalida irremediavelmente a pesquisa. Simplesmente alerta para cuidados na sua posterior utilização.

1. LIMITES E SUGESTÕES

Entre os principais problemas que o desenvolvimento desta pesquisa enfrentou, está, em primeiro lugar, o extenso número de variáveis selecionadas para se detectar eventuais impactos sócio-econômicos do Turismo e que pode ter comprometido o aprofundamento da análise. A ânsia natural em encontrar dados explicativos para o propósito deste trabalho explica, em parte, esse fato, aliado à limitada experiência do pesquisador. Além disso, a associação de variáveis a diferentes índices ("per capita" e a percentuais referidos a distintos parâmetros) também deve ter comprometido alguns dos resultados.

Outras vezes, foi simplesmente impossível obter dados que não constassem das publicações oficiais dos vários órgãos pesquisados. Foi o que aconteceu com o ISS, por exemplo, que é um imposto atrelado ora ao IPTU, ora ao ISS, o que justificaria um trabalho com os dados parcelados que compõem sua receita. O máximo que se conseguiu foram os valores totais de sua arrecadação por município, para o ano de 1990.

Analisar, para os mesmos municípios aqui envolvidos, o comportamento de algumas variáveis numa série de tempo; ajustar outros modelos de regressão; testar os aqui ajustados com municípios (vinculados ao Turismo) de outros Estados e pesquisar profundamente características dos impactos dos diferentes fluxos turísticos, são algumas das sugestões para pesquisas posteriores.

E, para finalizar, fica como aspiração maior deste trabalho, o desejo de que ele seja instigador, que provoque polêmica, que inspire a contestação; pois esse é o ritmo, é a lógica do conhecimento científico, que muito humildemente se perseguiu aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACERENZA, Miguel Angel. *Administración del turismo*. Vol.1: Conceptualización y Organización. 2ª edição. México: Editorial Trillas, 1986.
- ALVAREZ, José R. Diaz. *Geografía del turismo*. 2ª edição. Madrid: Editorial Sinteses S.A., 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987.
- _____. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1987.
- AZZONI, Carlos Roberto (org.). *Como está São Paulo? As pessoas / a produção / os municípios / o meio ambiente*. São Paulo: Secretaria de Planejamento e Gestão. Coordenadoria de Planejamento Regional, 1993.
- _____. *Desenvolvimento do turismo ou desenvolvimento turístico: reflexões com base em duas regiões atrasadas de São Paulo*. Mimeo.
- _____. *Teoria da localização: uma análise crítica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1982.
- BACAL, Sarah. *Lazer, teoria e pesquisa*. São Paulo: Loyola, 1988.
- BENI, Mário. *Sistema de turismo: construção de um modelo teórico referencial para a aplicação da pesquisa em turismo*. São Paulo: ECA/USP, 1987 (Tese de Doutorado).
- BOULLÓN, Roberto C. *Planificación del espacio turístico*. 2ª edição. México: Trillas, 1990 (reimpr. 1991).
- CAZES, Georges. *Les nouvelles colonies de vacances? Tome Premier. Le tourisme international à la conquête du Liers - Monde*. Paris: Editions L'Harmattan, 1989.

- CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal. *Cadastro técnico. Receitas tributárias. Receita e despesa dos municípios. Transferências de recursos para os municípios*. Série Executivo Municipal, Vol.2. São Paulo: CEPAM, 1993.
- CHADEFAUD, Michel. Methode d'analyse d'un flux touristique au niveau local et regional, em *Les Cahiers du Tourisme*. Aix-en-Provence: Université d'Aix-en-Provence. Série C, nº 17, 1971.
- CHAHAD, José P.Z. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento em *Manual de Economia*. Montoro Filho, A.F. e outros. 1ª edição. 3ª tiragem. São Paulo: Ed. Saraiva, 1991, pp. 321-346.
- Constituição da República Federativa do Brasil. Edição Especial. Serviço de Biblioteca no Lar. Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1988.
- DADE - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias. Requisitos mínimos para a criação de estâncias. Vários decretos-leis. Mimeo.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1989.
- ECA - Escola de Comunicações e Artes. *Turismo em Análise*. São Paulo: ECA/USP. Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, vários números, de 1990 a 1993.
- ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. Metodologia. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. Série Estudos, 1991.
- EMBRATUR. *Projeto turismo ecológico*. Ministério da Indústria e Comércio. EMBRATUR. DIROP/DOP, 1988.
- EMBRATUR. *Anuários estatísticos*. Rio de Janeiro: Embratur. Ministério da Indústria e Comércio. Vários anos.
- EMPLASA - Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo. *Sumário de dados da Baixada Santista, 1992*. São Paulo: EMLASA, 1993.
- EMPLASA - Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo. *Sumário de dados da Grande São Paulo, 1992*. São Paulo: EMLASA, 1993.

FUSTER, Luis Fernandez. *Teoria y tecnica del turismo*. 2ª edição. Tomo I. Editora Nacional: Madrid, 1971.

_____. *Introducción à la teoria y tecnica del turismo*. Madrid: Alianza Editorial S.A., 1985.

GUERIN, J.P. e GUMUCHIAN, H. Les aménageurs et l'activité touristique. *Revue de Géographie Alpine*. Grenoble, 1986, Vol.74, nº 1-2.

HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. 1ª edição. São Paulo, 1973.

HEGENBERG, Leônidas. *Introdução à filosofia da ciência*. São Paulo: Herder, 1965.

HYMER, Stephen. *Empresas multinacionais: A Internacionalização do Capital*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse preliminar do censo demográfico - 1991*. Número 19, São Paulo. São Paulo: IBGE, 1993.

_____. *Brasil em números*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

IBGE. *Divisão do Brasil em meso e microrregiões*. Boletim de serviço nº 1763, IBGE, 1989, mimeo.

_____. *Guia do Estado de São Paulo*. A região da capital paulista. V.1. São Paulo: IBGE, 1962.

_____. *Tipos e aspectos do Brasil*. 10ª edição. Rio de Janeiro, 1975.

_____. *Uma visão geográfica dos anos 80*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

IGNARRA, Luiz Renato. *Planejamento turístico municipal: um modelo brasileiro*. São Paulo: CTI Edições Técnicas, 1991.

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da Geografia, em GEORGE, Pierre e allii. *A Geografia ativa*. 2ª edição. São Paulo: DIFEL, 1968, pp. 281-323.

KERLINGER, Fred. *Metodologia da pesquisa científica em ciências sociais*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

KRIPPENDORF, Jost. O turismo no sistema da sociedade industrial em *Die Lerienmenschen*. (Os Homens- Férias). Zurich: Edições Orell Füssli, 1984 (mimeo).

_____. *Sociologia do turismo*. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1989.

LAGE, Beatriz. *Economia do turismo*. Uma análise de suas influências sobre o comportamento dos consumidores. Tese de Doutorado. ECA/USP, 1988 (mimeo).

_____. Propaganda turística no Brasil em *Turismo em Análise*. São Paulo: ECA/USP, 1990, V.1, n.2, pp. 78-84.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *Os municípios turísticos do Estado de São Paulo*. UNESP. Rio Claro, pp. 1-49, 1977.

LANQUAR, Robert. *Sociologie du tourisme et des voyages*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

MATHIESON, A. e WALL, G. *Turismo*. Repercusiones económicas, físicas y sociales. México: Trilhas, 1990.

MICHAUD, Jean-Luc. *Le tourisme face à l'environnement*. Paris: Presses Universitaires de France, 1983.

MILONE, Paulo César. Teoria do desenvolvimento econômico e social em *Manual de Economia*. Montoro Fo., A.F. e outros. 1ª edição. 3ª tiragem. São Paulo: Ed. Saraiva, 1991, pp. 405-417.

PALOMO, Manuel Figuerola. *Economia turistica*. Madrid: Imnasa, 1979.

PUPO, Oswaldo de Aguiar. *ABC do turismo e estâncias*. São Paulo: Martins, 1974.

RABAHY, Wilson, A. *Planejamento do turismo*. Estudos econômicos e fundamentos econométricos. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

RATTNER, Henrique. Estratégias alternativas em *Informações*. FIPE, São Paulo: FIPE, 1989, janeiro, nº 104.

RATTNER, Henrique. Os limites da internalização em *Informações*. FIPE, São Paulo: FIPE, 1989, novembro, nº 114.

_____. Estratégia para a década de 90 em *Informações*. FIPE. São Paulo: FIPE, 1990, janeiro, nº 116.

ROA, Jesus Gutierrez et alii. *Recursos naturales y turismo*. México: Editorial Limusa, 1988.

REZENDE, Fernando. Estado, turismo e finanças públicas em *Turismo em Análise*. São Paulo: ECA/USP, 1991, Vol.2, n.1, pp. 75-88.

SAYAD, João. Comércio internacional em *Manual de Economia*. MONTORO, Fo., André Franco e outros. 1ª edição, 3ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 1991, pp. 374 a 476.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *Perfil municipal*. 1980-91. São Paulo: SEADE, 1993. 8 volumes.

_____. *A reforma tributária de 1988 e os municípios do Estado de São Paulo*. Coleção Estudos Municipais. São Paulo: SEADE, 1993.

SECRETARIA de Estado da Cultura. Fundação Prefeito Faria Lima. *Censo cultural - São Paulo 1990: Litoral e Interior*. São Paulo, 1990.

SECRETARIA de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo. *São Paulo: Estâncias*. Coordenadoria de Turismo.

SECRETARIA de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo. *Manual de planejamento turístico municipal*. Coordenadoria de Turismo, pp. 5-10.

SESSA, Alberto. *Turismo e política de desenvolvimento*. Porto Alegre: Uniontur, 1982.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 12ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

TAUK, Sâmia Maria e alii. *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, FAPESP, SRT, FUNDUNESP, 1991.

TORRES, Ivo e LOPES, J.C. (org.) *Turismo brasileiro*. Textos selecionados. São Paulo: IPE/USP, Embratur, 1983.

TULIK, Olga. Turismo e repercussões no espaço geográfico em *Turismo em Análise*. São Paulo. ECA/USP, 1990, Vol.1, n.2, pp. 63-77.

VIÁ, Sarah Chucid da. *Televisão e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1977.

IPTU_POP

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	59157.5	SAOSEBASTIAO		29.0	SALESOLIVEIR
	48393.6	PRAIAGRANDE		32.5	IBIRAREMA
	42158.2	MONGANGUA		45.8	LORENA
	31466.2	ITANHAEM		53.7	BARIRI
	27848.3	UBATUBA		63.3	DIVINOLANDIA

Variables IPTU_POP

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

Boxplot footnotes denote the following:

- 1) GUARUJA, UBATUBA
- 2) AGUASDEPEDRO, CARAGUATATUB, PERUIBE

IPTU_POP
By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	59157.5	SAOSEBASTIAO		71.0	BANANAL
	48393.6	PRAIAGRANDE		107.8	SAOPEDRO
	42158.2	MONGANGUA		219.6	CUNHA
	31466.2	ITANHAEM		258.8	CACONDE
	27848.3	UBATUBA		268.9	SAOBENTOSAPU

IFTU_POP
By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	8741.4	REGISTRO		29.0	SALESOLIVEIR
	5590.8	ARANDU		32.5	IBIRAREMA
	4678.2	CUBATAO		45.8	LORENA
	4589.8	TABOAOSEIRA		53.7	BARIRI
	4270.2	SAOBERNCAMPO		63.3	DIVINOLANDIA

GRUPO 1.0 2.0
N of Cases 42.00 40.00

Symbol Key: " - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

Boxplot footnotes denote the following:

- 1) GUARUJA, UBATUBA
- 2) ARANDU, CUBATAO, SAOBERNCAMPO, TABOAOSEIRA

ISS_POP

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	21647.7	SANTOS		15.9	DIVINOLANDIA
	20247.0	AGUASDEPEDRO		27.3	ANALANDIA
	19213.0	CUBATAO		37.4	MONTEALEGRES
	18962.7	SAOCAETANOSU		48.9	CUNHA
	16640.5	BOMJESUS		54.9	CACONDE

Variables ISS_POP

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

Boxplot footnotes denote the following:

- 1) CUBATAO, SAOCAETANOSU
- 2) ATIBAIA, GUARUJA

ISS_POP
By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	21647.7	SANTOS		27.3	ANALANDIA
	20247.0	AGUASDEPEDRO		37.4	MONTEALEGRES
	14971.6	AGUASDELINDO		48.9	CUNHA
	12751.4	CAMPOSJORDAO		54.9	CACONDE
	9794.5	ATIBAIA		150.1	BANANAL

ISS_POP
By GRUPO 2.0

Extrema Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	19213.0	CUBATAO		15.9	DIVINOLANDIA
	18962.7	SAOCAETANOSU		56.2	ITOBI
	16640.5	BOMJESUS		88.0	IBIRAREMA
	10901.5	SAOBERNCAMPO		101.8	MOMBUCA
	6863.1	TABOASERRA		103.8	PINHALZINHO

GRUPO 1.0 2.0
N of Cases 42.00 40.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

Boxplot footnotes denote the following:

- 1) CUBATAO, SAOCAETANOSU

ICMS_POP

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	664809.5	CUBATAO		1247.2	CUNHA
	519251.2	SAOCAETANOSU		1497.3	CANANEIA
	428739.4	SAOBERNCAMPO		1806.0	ARANDU
	312623.3	DIADEMA		3064.0	IGUAPE
	231208.9	CACAPAVA		3458.9	ITOBI

Variables ICMS_POP

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extrema

Boxplot footnotes denote the following:

1) ITATIBA, MOGIGUAU

ICMS_POP
By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	162339.3	LINDOIA		1247.2	CUNHA
	152437.6	AMPARO		1497.3	CANANEIA
	144332.3	ITU		3064.0	IGUAPE
	126923.9	SANTOS		3750.2	CACONDE
	117507.8	SAOROQUE		3827.5	SAOBENTOSAPU

ICMS_POP
By GRUPO 2.0

Extremes Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	664809.5	CUBATAO		1806.0	ARANDU
	519251.2	SAOCAETANOSU		3458.9	ITOBI
	428739.4	SAOBERNCAMPO		3699.0	PINHALZINHO
	312623.3	DIADENA		4545.0	MIRACATU
	231208.9	CACAPAVA		5270.8	CACHAPULISTA

GRUPO 1.0 2.0
N of Cases 42.00 40.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

Boxplot footnotes denote the following:

1) AMPARO, LINDOIA

RECMUN_P

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	390.9612	CUBATAO		30.4414	SAOVICENTE
	370.9963	AGUASDEPEDRO		32.2440	CUNHA
	300.0261	MOMBUCA		41.0512	SOCORRO
	190.8717	MONGANGUA		41.6645	FERRAZVASCON
	163.6980	SAOBERNCAMPO		42.4743	IBITINGA

Variables RECMUN_P

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

RECMUN_P
By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	370.9963	AGUASDEPEDRO		30.4414	SAOVICENTE
	190.8717	MONGANGUA		32.2440	CUNHA
	150.9104	MUPORANGA		41.0512	SOCORRO
	134.5622	PERUIBE		42.4743	IBITINGA
	133.5324	SAOSEBASTIAO		49.9915	PRESID_EPITA

RECMUN_P
By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	390.9612	CUBATAO		41.6645	FERRAZVASCON
	300.0261	MOMBUCA		43.6312	LORENA
	163.6980	SAOBERNCAMPO		44.5468	CACHPAULISTA
	151.6792	SAOCAETANOSU		48.3927	MIRACATU
	145.8961	CORUNBATAI		48.6480	TREMEMBE

GRUPO 1.0 2.0
N of Cases 42.00 40.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

RECNUMP1

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	145.9716	MONGANGUA		2.4351	CUNHA
	131.5927	CUBATAO		3.2496	DIVINOLANDIA
	129.8494	AGUASDEPEDRO		4.5429	IBIRA
	106.5765	MOMBUCA		4.9577	MIRACATU
	94.7216	PRAIAGRANDE		4.9955	SOCORRO

Variables RECNUMP1

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

Boxplot footnotes denote the following:

- 1) AGUASDEPEDRO, CUBATAO
- 2) PRAIAGRANDE, SAOSEBASTIAO
- 3) IGUAPE, PERUIBE

RECUMUNP1
By GRUPO 1.0

Extrema Values

#	Extrema	CIDADE	#	Extrema	CIDADE
	145.9716	MONGANGUA		2.4151	LYNN
	129.8494	AGUASDEPEDRO		4.5429	IBIRA
	94.7216	PRAIAGRANDE		4.9955	SOCORRO
	92.8845	SAO SEBASTIAO		5.9748	ANALANDIA
	75.6522	PERUIBE		6.0893	SAO BENTOSAPU

RECUMUNP1
By GRUPO 2.0

Extrema Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	131.5927	CUBATAO		3.2496	DIVINOLANDIA
	106.5765	MOMBUCA		4.9577	MIRACATU
	62.5209	SAO BERNCAMPO		5.9252	BARIRI
	55.2534	SAO CAETANOSU		6.5761	ITAPOLIS
	42.8212	SALTO		6.6507	IBIUNA

GRUPO 1.0 2.0
N of Cases 42.00 40.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

Boxplot footnotes denote the following:

1) PRAIAGRANDE, SAO SEBASTIAO

VALORAD1

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	24251.83	SAOSEBASTIAO		68.9889	CUNHA
	8414.596	CUBATAO		102.2140	CANANEIA
	3837.128	SAOBERNCAMPO		129.9355	PRAIAGRANDE
	3293.724	SAOJAETANOSU		134.2841	ILHABELA
	2855.584	DIADEMA		150.8786	SAOBENTOSAPU

Variables VALORAD1

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

Boxplot footnotes denote the following:

1) SAOBERNCAMPO, SAOJAETANOSU

VALORAD1
By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	24251.83	SAOSEBASTIAO		68.9889	CUNHA
	2025.893	BARRABONITA		102.2140	CANANEIA
	1748.670	MUFORANGA		129.9355	PRAIAGRANDE
	1691.248	SANTOS		134.2841	ILHABELA
	1477.948	ITU		150.8786	SAOBENTOSAPU

VALORAD1
By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	8414.596	CUBATAO		171.1590	CACHAPULISTA
	3837.128	SAOBERNCAMPO		210.1904	PINHALZINHO
	3293.724	SAOCAETANOSU		233.1634	JUQUITIBA
	2855.584	DIADENA		288.1325	TREMENBE
	2636.250	MOGIGUACU		299.0857	ARANDU

GRUPO 1.0 2.0
N of Cases 42.00 40.00

Symbol Key: + - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

@_OCUPCO

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	6.627	NUFORANGA		.000	ARANDU
	6.627	SAOCAETANOSU		.233	PINHALZINHO
	6.114	SANTOS		.328	CUNHA
	4.393	DESCALVADO		.346	MOMBUCA
	4.387	BARRABONITA		.391	IBIRA

Variables @_OCUPCO

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

@_OCUPCO
By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	6.827	NUPORANGA		.328	CUNHA
	6.114	SANTOS		.391	IBIRA
	4.387	BARRABONITA		.467	SAOBENTOSAPU
	4.241	ITU		.511	ANALANDIA
	4.224	APARECIDA		.588	CACONDE

@_OCUPCO
By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	6.627	SAOCAETANOSU		.000	ARANDU
	4.393	DESCALVADO		.233	PINHALZINHO
	4.227	MOGIMIRIM		.346	MONBUCA
	4.012	SALTO		.439	PARAIBUNA
	3.804	CACAPAVA		.600	SALESOLIVEIR

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extrema

@OCUPSER

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	30.864	AGUASDEPEDRO		.000	NEVESPAULIST
	19.446	EMBU		.000	IBIRAREMA
	19.374	SANTOS		.833	CUNHA
	15.406	TABOACOSERRA		1.632	FERRAZVASCON
	14.867	SAOCAETANOSU		1.641	PINHALZINHO

Variables @OCUPSER

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

Boxplot footnotes denote the following:

- 1) EMBU, SANTOS
- 2) SAOCAETANOSU, TABOACOSERRA
- 3) CAMPOSJORDAO, CUBATAO

@OCUPSER
By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	30.864	AGUASDEPEDRO		.833	CUNHA
	19.446	ENBU		1.910	POA
	19.374	SANTOS		2.626	NUPORANGA
	14.234	AGUASDELINDO		2.801	PERUIBE
	12.035	CAMPOSJORDAO		2.869	IGUAPE

@OCUPSER
By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	15.406	TABOASERRA		.000	NEVESPAULIST
	14.867	SAOCAETANOSU		.000	IBIRAREMA
	12.444	CURATAO		1.632	FERRAZVASCON
	11.111	SAOBERNCAMPO		1.641	PINHALZINHO
	7.388	ITAPIRA		1.806	JUQUITIBA

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme
Boxplot footnotes denote the following:

- 1) ENBU, SANTOS
- 2) SAOCAETANOSU, TABOASERRA

@OCUP_PO

Extrema Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	44.770	SAOCAETANOSU		1.455	CUNHA
	44.017	CUBATAO		2.714	PARAIBUNA
	40.421	SAOBERNCAMPO		2.988	PINHALZINHO
	34.051	DIADENA		4.121	NEVESPAULIST
	32.716	AGUASDEPEDRO		4.288	CACONDE

Variables @OCUP_PO

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extrema

@OCUP_PO
 By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	32.716	AGUASDEPEDRO		1.455	CUNHA
	29.423	ENBU		4.288	CACONDE
	28.280	ITU		4.500	IBIRA
	28.194	SANTOS		5.215	IGUAPE
	27.386	AMPARO		6.460	PERUIBE

@OCUP_PO
 By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	44.770	SACCAETANOSU		2.714	PARAIBUNA
	44.017	CUBATAO		2.988	PINHALZINHO
	40.421	SABERNCAMPO		4.121	NEVESPAULIST
	34.051	DIADEMA		4.771	IBIRAREMA
	27.153	SALTO		4.847	TREMEMBE

@OCUPCO1

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	32.716	AGUASDEPEDRO		1.161	CUNHA
	25.488	SANTOS		1.271	IBIRAREMA
	22.887	EMBU		1.873	PINHALZINHO
	21.494	SACCAETANOSU		1.946	NEVESPAULIST
	16.743	TABOASERRA		2.322	FERRAZVASCON

Variables @OCUPCO1

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

@OCUPCO1

By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	32.716	AGUASDEPEDRO		1.161	CUNHA
	25.488	SANTOS		2.806	POA
	22.887	EMBU		3.568	IBIRA
	16.581	AGUASDELINDO		3.962	CACONDE
	15.304	CAMPOSJORDAO		4.248	IGUAPE

80CUPC01
By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	21.494	SAOCAETANOSU		1.271	IBIRAREMA
	16.743	TABOASERRA		1.873	PINHALZINHO
	16.193	CUBATAO		1.946	NEVESPAULIST
	14.631	SAOBERNCAMPO		2.322	FERRAZVASCON
	10.065	MOGIMIRIM		2.491	PARAIBUNA

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

80CUPC02

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	100.000	AGUASDEPEDRO		22.112	LINDOIA
	93.200	SAOSEBASTIAO		22.203	FERRAZVASCON
	92.402	CACONDE		22.367	PIRACAI
	91.791	PARAIBUNA		26.641	IBIRAREMA
	91.692	QUELUZ		27.383	DIADEMA

Variables @OCUPCO2

N of Cases 82.00

Symbol Key: * -- Median (O) - Outlier (E) - Extrema

@OCUPCO2

By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	100.000	AGUASDEPEDRO		22.112	LINDOIA
	93.200	SAOSEBASTIAO		33.528	MONTEALEGRES
	92.402	CACONDE		35.140	POA
	91.207	URATUBA		39.447	SAOROQUE
	90.471	ILHABELA		40.658	AMPARO

@OCUPCO2

By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	91.791	PARAIBUNA		22.203	FERRAZVASCON
	91.692	QUELUZ		22.367	PIRACAI
	91.558	DIVINOLANDIA		26.641	IBIRAREMA
	76.744	CACHAPULISTA		27.383	DIADEMA
	76.149	ITOI		28.174	BOMJESUS

GRUPO 1.0 2.0
N of Cases 42.00 40.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extrema

@TRANSES

Extrema Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	65.2	BARRABONITA		7.0	MONGANGUA
	64.6	DIADEMA		8.1	PRAIAGRANDE
	60.1	MOGIMIRIM		10.6	SAO SEBASTIAO
	59.5	CRUZEIRO		12.0	UBATUBA
	59.2	CUBATAO		12.3	PERUIBE

Variables @TRANSES

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

@TRANSES
By GRUPO 1.0

Extremes Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	65.2	BARRABONITA		7.0	MONCANGUA
	50.8	AMPARO		8.1	PRAIAGRANDE
	49.5	ITU		10.6	SAOSEBASTIAO
	48.1	SANTOS		12.0	UBATUBA
	47.8	NUPORANGA		12.3	PERUIBE

@TRANSES
By GRUPO 2.0

Extremes Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	64.6	DIADEMA		17.1	JUQUITIBA
	60.1	MOGIMIRIM		22.1	BOMJESUS
	59.5	CRUZEIRO		22.2	MOMBUCA
	59.2	CUBATAO		23.5	PINHALZINHO
	58.7	MOGIGUACU		23.6	ITOBI

GRUPO 1.0 2.0
N of Cases 42.00 40.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

#TRANSFE

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	64.6	ANALANDIA		5.1	SAOBERNCAMPO
	60.3	CUNHA		5.9	CUBATAO
	57.2	DIVINOLANDIA		7.4	DIADENA
	56.1	BANANAL		8.5	SANTOS
	56.0	MIRACATU		8.9	PRAIAGRANDE

Variables @TRANSFE

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

@TRANSFE
By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	64.6	ANALANDIA		8.5	SANTOS
	60.3	CUNHA		8.9	PRAIAGRANDE
	56.1	BANANAL		10.2	GUARUJA
	54.1	SAOBENTOSAPU		12.3	MONGANGUA
	52.1	LINDOIA		14.4	ITU

@TRANSFE
By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	57.2	DIVINOLANDIA		5.1	SAOBERNCAMPO
	56.0	MIRACATU		5.9	CUBATAO
	52.7	CORUMBATAI		7.4	DIADENA
	52.4	ARANDU		9.3	SAOCAETANOSU
	50.8	ITORI		9.9	MOGIGUACU

GRUPO 1.0 2.0
 N of Cases 42.00 40.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extrema

@IPTU

Extrema Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	46.6	SAO SEBASTIAO		.0	SALES OLIVEIRA
	42.4	PRAIA GRANDE		.0	IBIRAREMA
	36.8	ITANHAEUM		.1	LORENA
	34.7	UBATUBA		.1	BARIRI
	29.4	CARAGUATATUBA		.1	CORUMBATAI

Note: Only a partial list of cases with the value .1 are shown in the table of lower extremes.

Variables @IPTU

N of Cases 82.00

Symbol Key: * -- Median (O) - Outlier (E) - Extreme

@IPTU
By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	46.6	SAO SEBASTIAO		.1	BANANAL
	42.4	PRAIA GRANDE		.3	NUFORANGA
	36.8	ITANHAEM		.5	CACONDE
	34.7	UBATUBA		.6	SAO BENTOSAPU
	29.4	CARAGUATATUB		.7	ANALANDIA

@IPTU
By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	18.4	REGISTRO		.0	IBIRAREMA
	7.9	ARANDU		.0	SALESOLIVEIR
	6.6	TABOAO SERPA		.1	BARIRI
	6.0	PIRACATA		.1	LORENA
	5.2	ITAPESERRA		.1	CORUMBATAI

Q
X
P
T
U

GRUPO 1.0 2.0
N of Cases 42.00 40.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extrema

QISS

Extrema Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	22.8	SANTOS		.0	ANALANDIA
	21.3	CAMPOS JORDAO		.0	MONBUCA
	20.3	AGUAS DELINDO		.0	DIVINOLANDIA
	19.1	BOM JESUS		.1	MONTEALEGRES
	18.0	EMBU		.1	ITOI

Note: Only a partial list of cases with the value .1 are shown in the table of lower extremes.

Variables @ISS

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

@ISS
By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	22.8	SANTOS		.0	ANALANDIA
	21.3	CAMPOSJORDAO		.1	MONTEALEGRES
	20.3	AGUASDELINDO		.1	CACONDE
	18.0	EMBU		.2	CUNHA
	15.2	ATIBAIA		.3	BANANAL

@ISS
By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	19.1	BOMJESUS		.0	MONBUCA
	13.0	SAOCAETANOSU		.0	DIVINOLANDIA
	10.7	SANTAISABEL		.1	ITOBI
	9.8	TABOACOSERRA		.1	IBIRAREMA
	6.8	JUQUITIBA		.2	PINHALZINHO

GRUPO 1.0 2.0

N of Cases 42.00 40.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extrema

DOM_OC

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	69.5	MONGAGUA		.2	DIADENA
	63.2	PRAIAGRANDE		.3	CUBATAO
	56.8	ITANHAE		.3	SAOCAETANOSU
	51.8	PERUIBE		.4	TABOAOSEIRA
	50.6	CAPAGUATATUB		.5	FERRAZVASCON

Variables DOM_OC

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extrema

Boxplot footnotes denote the following:

1) CARAGUATATUB, UBATUBA

DOM_OC
By GRUPO 1.0

Extrema Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	69.5	MONGANGUA		.7	POA
	63.2	PRAIAGRANDE		1.1	EMBU
	56.8	ITANHAEEM		1.1	APARECIDA
	51.8	PERUIBE		1.3	BARRA BONITA
	50.6	CARAGUATATUB		2.8	NUPORANGA

DOM_OC
By GRUPO 2.0

Extrema Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	26.5	JUQUITIBA		.2	DIADENA
	22.8	TRIUNA		.3	CUBATAO
	18.6	PINHALZINHO		.3	SAO CAETANOSU
	14.8	SANTA ISABEL		.4	TABOAO SERRA
	14.1	PIRACATA		.5	FERRAZ VASCON

GRUPO	1.0	2.0
N of Cases	42.00	40.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

CONSUMID

Extreme Values

S	Highest	CIDADE	S	Lowest	CIDADE
	89.9	MONGANGUA		10.1	CUNHA
	80.9	PRAIAGRANDE		10.6	IBIUNA
	60.1	ITANHREM		10.9	PARAIBUNA
	51.1	AGUASDEPEDRO		11.5	CORUMBATAI
	50.9	CARAGUATATUB		12.2	MOMBUCA

120.0 +

(E) MONGANGUA

80.0 +

(E) PRAIAGRANDE

(E) ITANHAEM

(E note 1)

(E note 2)

40.0 +

(E) SAOSEBASTIAO

(O note 3)

-(O) -ILHABELA

|

+--+

| * |

+--+

|

-(O note 4)

.0

Variables CONSUMID

N of Cases 82.00

Symbol Key: " - Median (O) - Outlier (E) - Extrema

Boxplot footnotes denote the following:

- 1) AGUASDEPEDRO, CARAGUATATUB
- 2) PERUIBE, UBATUBA
- 3) GUARUJA, SANTOS
- 4) CUNHA, IBIUNA

CONSUMID

By GRUPO 1.0

Extrema Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	89.9	MONGANGUA		10.1	CUNHA
	80.9	PRAIAGRANDE		14.5	CACONDE
	60.1	ITANHAEM		17.1	BANANAL
	51.1	AGUASDEPEDRO		17.9	SOCORRO
	50.9	CARAGUATATUB		18.0	MONTEALEGRES

CONSUMID
By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	27.3	SAOCAETANOSU		10.6	IBIUNA
	24.7	SAOBERNCAMPO		10.9	PARAIBUNA
	23.5	MOGINIRIM		11.5	CORUMBATAI
	23.3	CRUZEIRO		12.2	MONBUCA
	23.3	LORENA		12.4	DIVINOLANDIA

GRUPO 1.0 2.0
N of Cases 42.00 40.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

Boxplot footnotes denote the following:

1) IBIUNA, PARAIBUNA

POPURB

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	100.0	SAOCAETANOSU		37.7	CUNHA
	100.0	JUQUITIBA		38.2	IBIUNA
	100.0	DIADEMA		39.2	PARAIBUNA
	100.0	PRALAGRANDE		39.7	CORUMBATAI
	100.0	AGUASDEPEDRO		44.1	MIRACATU

Note: Only a partial list of cases with the value 100.0 are shown in the table of upper extremes.

Variables POPURE

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

Boxplot footnotes denote the following:

1) CUNHA, IBIUNA, PARAIBUNA

POPURE
By GRUPO 1.0
Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	100.0	AGUASDEPEDRO		37.7	CUNHA
	100.0	EMBU		47.1	SAOBENTOSAFU
	100.0	GUARUJA		49.7	MONTEALEGRES
	100.0	PRAIAGRANDE		52.1	ANALANDIA
	99.9	SAOVICENTE		54.8	CACONDE

POPURE
By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	100.0	SAOCAETANOSU		38.2	IBIUNA
	100.0	TABOACOSERRA		39.2	PARAIBUNA
	100.0	SALTO		39.7	CORUMBATAI
	100.0	DIADEMA		44.1	MIRACATU
	100.0	JUQUITIBA		44.1	PINHALZINHO

GRUPO	1.0	2.0
N of Cases	42.00	40.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

Boxplot footnotes denote the following:

1) IBIUNA, PARAIBUNA

TELEFONE

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	162.4	AGUASDEPEDRO		18.0	ARANDU
	244.0	SANTOS		32.0	PIRACAI
	236.0	SAOCAETANOSU		33.0	ENBU
	174.2	MONGANGUA		33.2	FERRAZVASCON
	145.6	SAOBERNCAMPO		33.6	DIVINOLANDIA

Variables TELEPHONE

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

TELEPHONE
By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	362.4	AGUASDEPEDRO		33.0	EMEU
	244.0	SANTOS		36.2	CUNHA
	174.2	MONGANGUA		40.9	POA
	143.4	SERRANEIRA		44.3	CACONDE
	141.9	CARACUATATUB		51.2	IGUAPE

TELEPHONE
By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	236.0	SAOCAETANOSU		18.0	ARANDU
	145.6	SAOBERNCAMPO		32.0	PIRACAIA
	102.4	SALESOLIVEIR		33.2	FERRAZVASCON
	90.6	MOGIMIRIM		33.6	DIVINOLANDIA
	88.4	BARIRI		37.2	MIRACATU

GRUPO 1.0 2.0

N of Cases 42.00 40.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

CONS_RES

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	74.3	PRAIAGRANDE		1.1	CUBATAO
	70.9	ITANHAEM		4.8	PARAIBUNA
	69.0	CARAGUATATUB		5.3	MOGIGUACU
	68.9	UBATUBA		7.2	CORUMBATAI
	67.3	MONGANGUA		7.8	SALTO

Variables CONS_RES

N of Cases 82.00

Symbol Key: * Median (O) - Outlier (E) - Extreme

CONS_RES
By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	74.3	PRAIAGRANDE		17.0	MONTEALEGRES
	70.9	ITANHAEUM		20.2	ANALANDIA
	69.0	CARAGUATATUB		20.6	AMPARO
	68.9	UBATUBA		20.6	BRAGPAULISTA
	67.3	MONGANGUA		20.7	NUPORANGA

CONS_RES
By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	65.8	JUQUITIBA		1.1	CUBATAO
	64.9	TREMENSE		4.8	PARAIBUNA
	56.9	PINHALZINHO		5.3	MOGIGUAÇU
	55.6	NEVESPAULISTA		7.2	CORUMBATAI
	52.8	CACHAPULISTA		7.8	SALTO

GRUPO	1.0	2.0
N of Cases	42.00	40.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extrema

CONS_COM

Extrema Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	59.0	AGUASDEPEDRO		1.5	CUBATAO
	38.0	AGUASDELINDO		1.4	MOGIGUACU
	35.5	CAMPOSJORDAO		1.8	SALTO
	31.8	AGUASTABARBA		2.3	SANTARITA
	31.6	SANTOS		2.5	PARAIBUNA

Variables CONS_COM

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

CONS_COM
By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	69.0	AGUASDEPEDRO		2.3	SANTARITA
	39.0	AGUASDELINDO		3.4	MORTEALEGRES
	35.5	CAMPOSJORDAO		6.1	AMPARO
	31.8	AGUASTABARBA		6.3	BRAGFAULISTA
	31.6	SANTOS		6.4	NUPORANGA

CONS_COM
By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	30.5	QUELUZ		.5	CUBATAO
	24.0	REGISTRO		1.4	MOGIGUACU
	23.6	MIRACATU		1.8	SALTO
	23.3	CACHAPULISTA		2.5	PARAIBUNA
	16.9	JUQUITIBA		2.7	CORUMBATAI

GRUPO 1.0 2.0
 N of Cases 42.00 40.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

Boxplot footnotes denote the following:

1) CACHEAULISTA, MIRACATU

CONS_IND

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	98.9	CUBATAO		.5	ARANDU
	93.0	MOGIGUACU		.7	SAOBENTOSAPU
	89.9	SALTO		1.8	AGUASDEPEDRO
	85.8	PARAIBUNA		1.8	DIVINOLANDIA
	81.7	CACAPAVA		3.2	IBIRA

Variables CONS_IND
N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

CONS_IND
By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	70.7	SAO SEBASTIAO		.7	SAO BENTOS DU
	68.0	BRAG PAULISTA		1.8	AGUAS DE PEDRO
	63.7	AMPARO		3.2	IBIRA
	63.0	LINDOIA		4.0	CUMHA
	57.8	MONTE ALEGRES		4.7	CACONDE

CONS_IND
By GRUPO 2.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	98.9	CURATAO		.5	ARANDU
	93.0	MOGIGUACU		1.8	DIVINOLANDIA
	89.9	SALTO		7.6	MOMBUCA
	85.8	PARAIBUNA		7.8	IBIUMA
	81.7	CACAPAVA		7.8	NEVES PAULIST

GRUPO 1.0 2.0

N of Cases 42.00 40.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extrema

TOTCONSR

Extrema Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	94.6	MONGANGUA		12.3	IBIUNA
	84.2	PRAIAGRANDE		12.9	PARAIBUNA
	63.3	ITANHAE		15.8	CUNHA
	60.5	AGUASDEPEDRO		16.8	ARANDU
	55.0	PERUIBE		18.2	MIRACATU

Variables TOTCONSR

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extrema

Boxplot footnotes denote the following:

- 1) AGUASDEPEDRO, ITANHAE
- 2) CARAGUATATUB, PERUIBE
- 3) GUARUJA, SANTOS

TOTCONSR
By GRUPO 1.0

Extrema Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	94.6	MONGANGUA		15.8	CUNHA
	94.2	PRAIAGRANDE		19.5	CACONDE
	63.3	ITANHAE		20.5	EMBU
	60.5	AGUASDEPEDRO		20.9	BANANAL
	55.0	PERUIBE		22.6	PRESID_EPITA

Variables TOTCONMP

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

Boxplot footnotes denote the following:

1) PARAIBUNA, SAOBERNCAMPO, SAOCAETANGSU, SAOSEBASTIAO

TOTCONMP
By GRUPO 1.0
Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	4.590	SAOSEBASTIAO		.263	CUNHA
	3.358	AGUASDEPEDRO		.407	CACONDE
	2.307	AMPARO		.450	SAOSENTOSAPU
	2.128	ITU		.485	BANANAL
	2.106	BRAGPAULISTA		.596	IGUAPE

TOTCONMP
By GRUPO 2.0
Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	14.635	CUBATAO		.492	PINHALZINHO
	7.726	MOGIGUACU		.515	ARANDU
	6.092	SALTO		.552	MIRACATU
	4.662	SAOCAETANGSU		.631	JUQUITIBA
	4.140	SAOBERNCAMPO		.653	DIVINOLANDIA

GRUPO 1.0 2.0
 N of Cases 42.00 40.00
 Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

QUARTOS

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
.13		AGUASDEPEDRO	.00		DIADEMA
.10		AGUASDELINDO	.00		TABOASERRA
.04		SERRANEGRA	.00		FERRAZVASCON
.04		ILHABELA	.00		CUBATAO
.03		CAMPOSJORDAO	.00		ITAPECERRA

Variables PQUARTOS

N of Cases 82.00

Symbol Key: * - Median (O) - Outlier (E) - Extreme

Boxplot footnotes denote the following:

- 1) AGUASDEPRATA, AGUASTABARBA, CAMPOSJORDAO, ILHABELA, SERRANEGRA
- 2) APARECIDA, UBATUBA
- 3) CANANEIA, IBIRA, LINDOIA, SAOSEBASTIAO

PQUARTOS
By GRUPO 1.0

Extreme Values

5	Highest	CIDADE	5	Lowest	CIDADE
	.23	AGUASDEPEDRO		.00	POA
	.10	AGUASDELINDO		.00	SACVICENTE
	.04	SERRANEGRA		.00	PRAIAGRANDE
	.04	ILHABELA		.00	ENBU
	.03	CAMPOSJORDAO		.00	SANTARITA

PQUARTOS
By GRUPO 2.0

Boxplot footnotes denote the following:

- 1) ILHABELA, SERRANEGRA
- 2) CRUZEIRO, REGISTRO